

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**ONG'S E ASSISTENCIALISMO RELIGIOSO
UBERLÂNDIA – 1980/2004.**

JÚLIO CESAR MEIRA

JÚLIO CESAR MEIRA

**ONG'S E ASSISTENCIALISMO RELIGIOSO
UBERLÂNDIA – 1980/2004.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia, Julho de 2005.

Ficha Catalográfica

MEIRA, Júlio Cesar, 1972.

Ong's e Assistencialismo Religioso em Uberlândia – 1980/2004.

Júlio Cesar Meira – Uberlândia, 2005.

77 fl.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de
Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras – chave: Neoliberalismo; Assistencialismo; Religião.

JÚLIO CESAR MEIRA

**ONG'S E ASSISTENCIALISMO RELIGIOSO
UBERLÂNDIA – 1980/2004**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida - Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz

DEDICATÓRIA

A Angelita, companheira todas as horas e que, durante as longas horas de pesquisa e confecção deste trabalho, prescindiu da minha presença sem (quase) nunca reclamar.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a algumas pessoas que tornaram possível esta pesquisa. Aos professores do Instituto de História da UFU, em especial o prof. Sérgio Paulo, o primeiro a me despertar para o objeto de pesquisa; o prof. Paulo Almeida, por externar em suas aulas opiniões contundentes e oportunas e sua visão de História; ao prof. Newton D'Angelo, pela primeira apreciação do objeto durante as aulas de MTPH.

Ao prof. Antônio de Almeida, mestre admirável e orientador tranqüilo e competente, sempre demonstrando um interesse real pela pesquisa e pelo orientando, ouvindo com atenção, sugerindo mais que impondo, mas ao mesmo tempo conduzindo com segurança nos caminhos tortuosos da construção do conhecimento.

Agradeço ainda as pessoas que participaram da pesquisa, aos dirigentes das entidades pesquisadas. Na CEAMI, aos senhores Onézimo e Júnio Junqueira, respectivamente presidente e vice-presidente da instituição. Ao senhor Marcos, coordenador da CEAMI e anfitrião atencioso durante as visitas e pesquisas efetuadas na sede da instituição. De maneira especial, ao senhor Wilton e ao Alfredo Neto, que, por seus depoimentos, tornaram possível analisar de maneira mais coerente o dia-a-dia da entidade e também reconstituir o dependente químico enquanto sujeito. Na ADRA, ao Pr. Valmor Ricardi, diretor da instituição na região Sudeste do Brasil e à senhora Jandira Tavares, diretora da instituição em Uberlândia.

Finalmente, agradeço ainda aos colegas graduandos, Fabiana, Tadeu, Gilmar, Ricardo, que ouviram incontáveis vezes sobre a pesquisa, e tiveram a delicadeza de, pelo menos, demonstrar interesse (espero) genuíno.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1. Ong's em Uberlândia: normas para subvenções municipais	25
1.1. Ong's em Uberlândia: diversificação das atividades.....	39
Capítulo 2. As ONG's e o Assistencialismo Religioso.....	43
Considerações Finais	69
Fontes	72
Referências Bibliográficas	75
Anexos	77

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema as Organizações Não Governamentais e a sua atuação no Município de Uberlândia, bem como a relação das mesmas com o poder público municipal, no sentido de adequar-se à Legislação que regulamenta a distribuição de subvenções.

Partindo do princípio de que o Estado brasileiro, em sua reformulação a partir dos anos 80 – acompanhando tendência mundial – diminuiu os investimentos em políticas públicas e de geração e distribuição de renda, desenvolvendo uma política de atendimentos emergenciais e focalizados, delegando para a iniciativa privada a tarefa de implementação de fato desses atendimentos, as Ong's despontam como parceiras preferenciais. O Estado funcionando como financiador e as Ong's como operadoras *in loco* das ações destinadas a situações específicas, assistencialistas, funcionando como paliativos de curto ou médio prazo, mas não mudando a estrutura da sociedade, exclusivista e concentradora de renda. A ação dessas entidades, muitas das quais ligadas a grupos religiosos, políticos e empresariais, devido a sua característica pontual e isolada, contribuiu para a diminuição da atuação dos movimentos sociais tradicionais a partir dos anos 80, numa estratégia de esvaziamento político que pode muito bem ser analisada a partir do ponto de vista da ordem social, da disciplina e controle da sociedade liberal burguesa.

No município de Uberlândia, as Ong's beneficiadas com subsídios, tanto da Prefeitura quanto das dotações orçamentárias da Câmara municipal, atuam em sua maioria com projetos assistencialistas, englobando desde a distribuição de cestas básicas, atendimento médico e odontológico, até o tratamento de dependência química ou alcoólica, sendo que grande parte delas são confessionais, ou seja, estão ligadas a igrejas ou grupos religiosos. Esta pesquisa pretende analisar algumas dessas entidades, buscando entender, além da relação das mesmas com o poder público, o papel que desempenham dentro dos projetos evangelísticos de suas mantenedoras.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo das Organizações Não Governamentais, objeto deste trabalho, foi despertado por meio de discussões travadas no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, em especial nos estudos relativos ao desmonte do Estado do Bem-estar Social no Brasil e em outros países – Estados Unidos e Inglaterra como precursores – levado a cabo pela nova acomodação do Capital Mundial após a Segunda Guerra Mundial, conhecido pelo termo Neoliberalismo¹.

Estudando uma bibliografia que incluiu Certeau, Chomsky, Gentilli, Frigoto, Tadeu da Silva² e outros críticos do Sistema Capitalista, foi possível analisar esse desmonte da estrutura do Estado, principalmente no âmbito educacional, mas também em outras áreas importantes do atendimento aos cidadãos, como saúde, moradia, formação profissional, trabalho, entre outros.

Nessas discussões, chegar à conclusão de que, abandonado pelo Estado o cidadão perdia o direito à própria cidadania, levando-se em conta o conceito de Cidadania enquanto Direitos e Deveres, foi fácil. Vincular o momento histórico dessa fragmentação do Estado como Instituição às transformações pelas quais passava o próprio Sistema Capitalista após a Segunda Guerra Mundial e, mais especificamente nas décadas de 60 e 70 e início da década de 1980, como parte e resultante dessas mesmas transformações também não foi difícil. O grande problema desse tipo de interpretação é que pode resultar de uma análise de determinismo

¹ Disciplina Tópicos Especiais 2 em História do Brasil, ministrada pelo professor Sérgio Paulo, no primeiro semestre de 2003

² Críticos do Capitalismo e de sua vertente moderna, o Neoliberalismo. A respeito desses autores, na Bibliografia estarão relacionados os títulos que fizeram parte dessa discussão.

econômico, além de ser apenas uma espécie de constatação da realidade mais do que uma interpretação analítica da mesma. A respeito desse tipo de história de constatação e interpretação passiva da realidade através de teorias interpretativas criadas, Marx nos convida a ir além: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes, a questão é transformá-lo”.³ Além do que, a própria constatação nos coloca diante de um problema. Grandes parcelas da população de diversos países ficaram desamparadas ao Estado de Bem-estar Social se fragmentar.

Em se tratando do Brasil, a própria noção de Estado de Bem-estar Social deve ser analisada com cuidado, uma vez que nunca chegamos perto de ter algo que se assemelhasse à concepção européia de *Welfare State*, no que diz respeito à justiça social. Analisando a estrutura do processo de implantação dos serviços de proteção social na América Latina, Vilmar Faria afirma:

*Criou-se no Brasil um sistema de proteção social importante, fundamentalmente associado ao regime de crescimento baseado na industrialização substitutiva de importações conduzida pelo Estado, do qual esse sistema foi estrutura de sustentação importante.*⁴

Baseado no desenvolvimento da economia industrial brasileira, o sistema foi pensado em termos de produção formal, tendo na Previdência Social e nos Benefícios como férias, jornada de trabalho determinada pelo Estado, pagamento de indenizações por demissões sem justa causa –fundo de garantia – os seus pilares de sustentação. Fora do setor produtivo industrial não havia proteção social. Por isso, o Brasil vivia – e vive – um paradoxo. Um grande e complexo sistema de proteção social, ao mesmo

³ Marx, Karl; Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã, 1º Capítulo – Teses Sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002. p. 111.

⁴ Faria, Vilmar Evangelista. **Brasil: compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social**. In: Cadernos Adenauer. Pobreza e Política Social. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 37

tempo ineficiente e excludente, porquanto não realiza transferência de renda e nem justiça social efetivamente.

Entre as reformas implementadas na América Latina a partir do início dos anos 80 – o Chile servindo como paradigma por seu pioneirismo – o papel do Estado foi colocado em questão. A ênfase era a eficiência, a redução do tamanho da Máquina Estatal, a liberdade de mercado e maior participação da iniciativa privada em áreas que antes eram competência do Estado. Ao Estado restou o papel de fomentador e subsidiário das políticas sociais, em parceria com a sociedade civil, usando como critério o que Verónica Villalobos⁵ chamou de “focalização”. Ou seja, direcionar as políticas públicas para os problemas emergenciais, numa atuação antes paliativa do que profilática.

A própria sociedade civil teria que se organizar para, aliada ao Estado, encampar as políticas sociais⁶ nessa nova conjuntura, numa espécie de transferência das funções do Estado.

Esse momento histórico – anos 80 e 90 – assiste ao crescimento vertiginoso das Organizações Não Governamentais, resultantes da organização da sociedade civil diante da transformação do Estado, no papel de parceiras, gerenciando as atividades e funções deste, de modo a supri-lhe a ausência.

A partir desse ponto de vista surgiu o interesse pelo tema das Organizações Não Governamentais que, a meu ver, pouco tem sido discutido ou estudado no Instituto de História desta Universidade.

⁵ VILLALOBOS, Verónica Silva. **O Estado de bem-estar Social na América Latina: Necessidade de Redefinição**. In: Pobreza e Política Social. Cadernos Adenauer I. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 57.

⁶ O termo política social ao qual me refiro, é uma apropriação de: CHILE. Comitê Social de Ministros. Secretaria executiva. **Caracterización de la oferta pública dirigida a los grupos prioritarios de la política social**. Santiago do Chile, 1999, p. 05. In: VILLALOBOS, opus citado, p. 54. E diz que política social é o “conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que têm por objetivo melhorar a qualidade de vida da população”.

As Ong's

A discussão sobre Ong's ainda hoje continua girando em torno do problema da conceituação. Talvez não caiba a pergunta: o que é uma Ong? mas, mais apropriadamente, o que não é uma Ong? À primeira vista uma pergunta ingênua, reveste-se de significado ao nos debruçarmos sobre a Bibliografia⁷ produzida sobre o tema, a maioria ainda no fim dos anos 70, que no primeiro momento eram apenas constatações das mudanças que se operavam na sociedade civil e, depois, converter-se-iam em tentativas, algumas precipitadas outras sérias, de análise desse fenômeno.

Escrevendo no início dos anos 80, Nanci Valadares de Carvalho constata a propagação desse fenômeno como uma alternativa à crise de governabilidade dos países ocidentais, ricos em sua maioria.

*Desde o fim dos anos 60, a idéia de autogoverno tornou-se, de forma crescente, assunto das discussões políticas em todas as partes do planeta. Nos países altamente industrializados, surgiram, nos cantos e nas esquinas, grupos organizados de pessoas que, com base na vivência cotidiana compartilhada, começaram a administrar diretamente a vida comunitária.*⁸

E ela continua afirmando que:

*Essas Ong's, grassroots ou organizações de base estabeleceram-se por volta dos anos 70 nos países desenvolvidos e rapidamente se espalharam por todo o mundo, como uma expressão **avant la lettre***

⁷ No levantamento bibliográfico para esta pesquisa, percebi que os principais trabalhos e pesquisas efetuados sobre o tema advêm das Ciências Sociais, campo de pesquisa ao qual se vinculam os principais grupos de pesquisas continuadas sobre o assunto, na maioria junto ou inseridos a pesquisas mais amplas sobre Movimentos Sociais.

*da crise de governabilidade em seguida instalada no sistema mundial*⁹.

Fiel à idéia de que essas organizações surgiram no rastro da ‘crise de governabilidade’ que assolava o mundo ocidental nesse período, sendo talvez uma das pioneiras nesse tipo de análise, Carvalho define que essas organizações,

*Visavam responder às demandas legítimas de governabilidade de seus associados, que não as viam atendidas pelos canais burocráticos estatais ou privados, incapazes de encompessar as novas camadas sociais oriundas do aumento demográfico da população em escala mundial.*¹⁰

Quanto à origem dessas Organizações, a autora remete-se às organizações assistenciais “de iniciativa de elites altruísticas do tipo smithiniano”¹¹ ou seja, àquelas organizações que surgiram ao tempo (ou quase) da revolução industrial, patrocinadas pela nascente elite capitalista industrial, algumas talvez com propósitos humanitários, a maioria no entanto com a preocupação de frear os impulsos da cada vez maior parcela da população que era deixada à margem do desenvolvimento econômico-industrial na Europa do século XVIII.

Thompson, num sugestivo artigo acerca do que ele convencionou chamar de “economia moral da multidão” situa na mesma época (século XVIII) o surgimento de medidas destinadas a aliviar as condições de miserabilidade dos pobres, principalmente em épocas de escassez ou de colheitas ruins. Mas os motivos citados por ele não são tão prosaicos. Na verdade, na maioria das vezes eram medidas paliativas que buscavam evitar a insurreição generalizada da ‘turba’, que romperia a ordem pública tão essencial no nascente

⁸ CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: O nascimento das Ong’s**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 13.

⁹ Idem, p. 13.

¹⁰ Id. ib., p. 13.

¹¹ Id. Ib. p. 15.

sistema capitalista. Quando não atendidas, as pessoas promoviam motins que podiam ser extremamente violentos, mostrando que:

*A disposição para motins certamente funcionava como um sinal para os ricos de que era preciso colocar em bom estado os mecanismos de assistência e caridade da paróquia – cereais e pão subsidiados para os pobres. Em janeiro de 1757, a municipalidade de Reading concordava ‘que se devia criar uma subscrição que levantasse dinheiro para comprar pão a ser distribuído entre os pobres’.*¹²

Esta assistência não era, portanto (pelo menos na maioria das vezes), voluntária. Era motivada pela real possibilidade de revoltas e motins das populações pobres na Inglaterra do século XVIII. Originárias dos antigos costumes paternalistas medievais, naquele momento tinham o objetivo declarado – como atestam documentos reunidos por Thompson – de manter os pobres na ‘linha’¹³, em nome da ordem pública. Doações de alimentos, subsídios estatais aos produtores de alimentos destinados aos pobres – pão e manteiga principalmente – tentativa de atrelar o valor dos salários ao preço do pão, criação das casas de misericórdias, asilos, orfanatos, entre outras, foram as iniciativas mais visíveis do momento histórico de transição entre o capitalismo mercantil e o capitalismo industrial. Com esporádica participação estatal¹⁴, na maioria das vezes eram iniciativas particulares, principalmente da nascente burguesia industrial, que eram as principais interessadas em garantir um ambiente seguro para a produção e expansão comercial e industrial.

Algumas reflexões se fazem necessárias a respeito da análise de Nanci Valadares de Carvalho sobre o Nascimento das Ong’s. Não é difícil concordar com ela quando situa a proliferação dessas entidades entre o fim dos anos 60 e início dos anos 80, nos países ricos, a partir daí estendendo-se aos países periféricos, de regiões

¹² THOMPSON, E. P. **A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII**. In: Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 190.

¹³ Idem, pp. 191 – 192.

¹⁴ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1, pp. 71 – 72. Thompson fala do sistema Speenhamland, uma lei que tinha como objetivo alinhar o preço dos salários ao preço do pão, numa tentativa de manter o poder de compra do povo, mesmo em épocas de carestia. Outras medidas, como levar aos tribunais os açambarcadores, atravessadores e produtores que aumentavam os preços das mercadorias essenciais para a sobrevivência do povo, eram tomadas por eventuais políticos e representantes da nobreza, ações que Thompson qualificou de “paternalistas”.

como a América Latina em geral e o Brasil em particular. O fator econômico e político como causa do surgimento dessas organizações também pode ser entendido e até aceito. No entanto, a autora parece sugerir que houve um consenso na sociedade civil acerca da melhor forma de organizar-se para enfrentar seus problemas e resolver suas demandas sociais. Não há praticamente nenhuma menção ao fato de que, desde há muito a sociedade já dispunha de instrumentos de resistência, de participação e de luta, órgãos representativos e de classe, como os Sindicatos, Associações de Classe, Sociedades de Amigos de Bairros, Clubes de Mães, Partidos Políticos, etc., somente para citar aqueles que existiam e ainda existem no Brasil.

Essas organizações clássicas, que buscavam na arregimentação coletiva de parcelas da sociedade com interesses comuns, a fim de buscar através da luta política a concretização de seus sonhos, a garantia de seus direitos no Estado de Direito, que lutavam também por objetivos macros como Democracia, Liberdade, Segurança, indo para o confronto quando necessário, resistindo sempre, em maior ou menor escala, até o início dos anos 80, eram as principais entidades que congregavam diferentes classes sociais, mas com interesses semelhantes.

Maria da Glória Ghon¹⁵, dentro do seu campo de pesquisas acerca dos Movimentos Sociais, estudando o surgimento das Ong's faz a relação com as já citadas Organizações Clássicas, mas apenas como fenômeno de substituição de um tipo de Organização por outro. Para ela, não apenas o Estado passava por uma crise de Governabilidade e Legitimidade, mas também os próprios Movimentos Sociais estavam em declínio, justamente por causa de falta de credibilidade e pelo fato de ter perdido os objetivos pelos quais lutar. Ghon percebe então o crescimento e proliferação das Ong's como ocupando um espaço vago deixado pelos outros Movimentos Sociais. O declínio destes possibilitou a ascensão daquelas. E a autora situa

¹⁵ GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, Ong's e Cidadania**. 3ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

também o Momento Histórico deste fenômeno em torno do final da década de 1970 e início dos anos 80.

Mas qual a razão real da crise dos Movimentos Sociais naquele período, que possibilitaram a proliferação de formas alternativas de associativismo, como as Ong's? Que houve uma diminuição no número de Movimentos Sociais organizados bem como no número de participantes destas Organizações Clássicas, não se têm dúvidas¹⁶. Mas foi essa diminuição reflexo do desânimo generalizado da Sociedade Brasileira frente à aparente falta de rumo dos Movimentos, traduzido pela incapacidade de atender as demandas sociais, pela falta de um projeto político de mudança e de luta que fosse viável e que contemplasse efetivamente os anseios de seus representados? Maria da Glória Ghon¹⁷ não responde a essa questão. Na verdade parece que isso não é um problema para ela. Ao realizar sua pesquisa sobre a ascensão das Ong's, aparentemente ela se limita a constatar o crescimento delas, ao mesmo tempo em que parece haver um declínio da atuação dos Movimentos Sociais clássicos. Não é objetivo deste trabalho responder a essa questão, mas contribuir para discussão com a formulação de uma hipótese que vai de encontro ao pensamento geral. Muitos pesquisadores das Ciências Sociais estão em busca de um modelo teórico que dê conta de responder esse e outros questionamentos¹⁸.

Contudo, há um problema que não pode passar despercebido. Os Movimentos Sociais trabalham em torno de causas coletivas, as quais são enfrentadas politicamente e o avanço dessas lutas representa o avanço não

¹⁶ Para fazer essa afirmação, baseio-me na análise de Gohn, já citada, pp. 45-49. Um outro autor, citado pela autora, Francisco de Oliveira (**OLIVEIRA**, 1994), não acredita nessa crise dos movimentos sociais. Para ele, o que houve foi um processo de democratização no interior dos mesmos, mudando “a forma de interlocução dos movimentos com o Estado, fazendo com que os movimentos não apareçam mais na mídia ou no imaginário das pessoas como os interlocutores diretos com o Estado”.

¹⁷ Idem, pp. 45-46. Gohn trabalha com 3 hipóteses, fundamentada na análise de autores diferentes: que se deve ao perfil aparelhista militar de resistência (**ABREU**, 1992); não conseguiram encontrar o seu lugar após o fim do regime militar que combatiam (**CASTAGNOLA**, 1987); reproduzem as contradições que buscam superar (**CARDOSO**, 1987).

¹⁸ A própria Ghon admite que, após mais de 20 anos de pesquisas, ainda não está pronta para responder essa e outras questões satisfatoriamente. “Urge que avancemos. Urge que se busque produzir teorias” afirma ela (p. 21).

apenas de um grupo social, mas de toda a sociedade. As resistências, os embates, as tensões que existem na sociedade refletem-se nas bandeiras de luta desses Movimentos. Os ganhos, quando acontecem, são permanentes. Há um senso de responsabilidade coletiva, que impulsiona a sociedade à luta. Como exemplos, tomemos o caso da luta contra o regime militar, a luta por melhores condições de trabalho e salários no ABC paulista em fins da década de 1970 e início dos anos 80, ou ainda a campanha das Diretas Já, entre 1982 e 1984. Havia uma mobilização da sociedade, em maior ou menor grau.

Já as Organizações Não Governamentais geralmente não trabalham com o princípio da luta, do enfrentamento. São na verdade entidades profissionais desenvolvidas como parceiras do Estado, subsidiadas ou não por ele, que trabalham em problemas pontuais, focalizados. A ascensão desse tipo de organização poderia ser considerada como um dos fatores de diminuição das mobilizações da sociedade, uma vez que a atuação delas funcionaria como medidas suficientes, ainda que transitórias, para iludir a sociedade? O interesse agora é buscar soluções para questões localizadas, seja geograficamente ou segmentadas socialmente. A fome, a miséria, o desemprego, os problemas ambientais, são alguns dos problemas que as Ong's procuram resolver. Cada um deles de forma separada ou quase, sem a preocupação da totalidade, da transformação social. Procura-se resolver os efeitos, sem preocupação com as causas.

Tomemos como exemplo as Ong's que atuam no campo assistencial, as pioneiras dentre todas. Uma cesta básica, ou um atendimento emergencial podem ser paliativos temporários, mas não resolvem o problema a longo prazo, nem coloca em discussão o problema da desigualdade social, causa dos principais problemas sociais. Na medida em que as Ong's assumem o papel do paternalismo, da caridade, do assistencialismo, não seria isso também uma forma de esvaziamento do político, de tornar sem efeito todo um histórico de lutas e conquistas sociais da sociedade civil organizada?

Uma outra questão que procuraremos discutir neste trabalho é a própria designação do termo Ong. Como já mencionamos no início desta introdução, é mais difícil tentar entender o que é uma Ong do que procurar diferenciar o que não é. Principalmente do início dos anos 80 em diante¹⁹ houve um aumento não apenas das próprias entidades, como, principalmente, houve uma diversificação de seus interesses e áreas de atuação. Gohn²⁰, num esforço de entender a atuação e crescimento das Organizações Não Governamentais, criou uma classificação levando em conta as áreas de atuação das Ong's, durante os anos 90.

De acordo com essa classificação, os tipos de Ong's atuais seriam as Ong's caritativas, herdeiras diretas da filantropia Smithiniana atuando principalmente na promoção social, na assistência a idosos, mulheres e crianças; na distribuição de cestas básicas, remédios e roupas; no atendimento à vítimas de catástrofes naturais e ambientais. As Ong's desenvolvimentistas, que buscam o desenvolvimento humano, auto-sustentável, criadas a partir da ECO 92. As Ong's ambientalistas, algumas das entidades mais antigas e com maior visibilidade em todo o mundo. O ícone de todas elas seria o Greenpeace, uma Ong internacional, com presença em cerca de 21 países e com orçamento de 100 milhões de dólares anuais²¹, que tem entre seus parceiros a própria ONU. Além de suas ações espetaculares mais conhecidas – como os protestos cinematográficos contra os barcos que promovem a caça da baleia – estudos e pesquisas²² conduzidos por elas têm contribuído para uma reflexão maior de pessoas, governos e empresas da fragilidade do Meio Ambiente e da necessidade de preservá-lo para as próximas gerações. As Ong's cidadãs, com menor tempo de atuação, apresentam maior visibilidade junto a sociedade civil, principalmente por

¹⁹ A constatação e análise dessa mudança de perfil e a conseqüente proliferação das entidades e de seus objetivos, que não se restringem mais aos problemas das camadas pobres da sociedade, mas que se espalham para todos os segmentos sociais, pode ser encontrada nos estudos de GOHN (p. 12).

¹⁹ Idem, pp. 12-15.

²⁰ Idem, pp. 12-15.

²¹ CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: O nascimento das Ong's**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. pp. 18-19.

seu combate à corrupção e pelo papel de fiscalização da máquina pública, essenciais atualmente, diga-se de passagem.

A classificação de Ghon se insere numa tentativa maior de elaboração de modelos teóricos de explicação do fenômeno Ong, entendido por ela como respostas legítimas da sociedade em face das mudanças estruturais do sistema capitalista. Contudo, alguns problemas podem ser percebidos, principalmente dentro de uma análise histórica desse fenômeno.

As Organizações Não Governamentais surgem para resolver problemas imediatos, mas classificá-las dentro de segmentos fechados com base em atuação seria desconhecer a dinâmica social e as transformações das necessidades dos sujeitos. A experiência vivenciada durante a pesquisa demonstra que as entidades freqüentemente mudam o seu foco de atuação, de acordo com a necessidade das pessoas, não se limitando ao objetivo original para o qual foram criadas. Entidades criadas com a atuação caritativa, se levarmos em conta a classificação da autora, podem tornar-se desenvolvimentistas, por exemplo. Da mesma forma, uma Ong que poderia ser atualmente enquadrada no segmento cidadã, ao se analisar o seu estatuto original, percebe-se que o objetivo original era a preservação ambiental, para citar outro exemplo.

Classificar uma entidade com base em sua atuação atual é, a nosso ver, uma atitude reducionista que, longe de explicar, perpetua distorções interpretativas das ações dos sujeitos sociais.

Em função da proliferação das Ong's e da sua atuação nas mais diversas áreas da sociedade, seria possível afirmar que elas representariam a importância da sociedade civil ou, dito de outra forma, uma tomada de controle triunfante e a coroação do autogoverno? Estaria o Estado fadado ao desaparecimento já que um novo pacto social estaria se delineando? As 'Solidariedades Horizontais' representariam uma nova fase na construção

²² Relatório Fórum das Ong's, 1992.

das sociedades humanas rumo a um ideal de igualdade, como defendiam os teóricos socialistas ou anarquistas?

A nossa hipótese é justamente o contrário disso. O fortalecimento do terceiro setor não seria na verdade o enfraquecimento da sociedade civil, no sentido de esvaziamento político, de retirar dos indivíduos a vontade ou mesmo o senso de unidade, tão essencial na luta pelos direitos sociais, já que os problemas passam a ser tratados de forma isolada e regionalmente? Além disso, de que maneira se dá o entrelaçamento das entidades com o poder público, que tipo de adequação deve haver para que uma entidade receba subvenção estatal? De alguma maneira as entidades podem ser ‘ajustadas’ aos valores e projetos estatais para que receba seus financiamentos? Que tipo de legislação existe ou está sendo adequada para regulamentar a atuação das Ong’s e até que ponto elas ainda podem ser consideradas Não Governamentais? Não Governamental significaria apolítico? Que tipo de estrutura administrativa e profissional as entidades constróem para que seus projetos tenham sucesso? Quem são as pessoas que recebem ajuda ou assistência das Ong’s e de que maneira as mesmas encaram essa dependência? No caso das Ong’s confessionais, de que maneira a evangelização, que é a característica de suas mantenedoras se entrelaça nos seus projetos sociais?

Procurando responder a algumas dessas indagações, este trabalho, em sua redação final, está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo analisamos o processo de criação das Ong’s no município de Uberlândia, a relação dessas entidades com o Poder Público Municipal, a Legislação que regulamenta essa relação bem como o funcionamento das entidades.

No segundo capítulo analisamos duas entidades que atuam no município de Uberlândia, tomando como referência a estruturação, funcionamento e atuação das mesmas. A CEAMI – Centro de Recuperação e Amparo a Viciados em Drogas e Álcool, ligada à Igreja evangélica Casa de Oração, portanto uma Ong confessional e mantida por empresários da

cidade. A outra Ong é a ADRA – Agência de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – pertencente à Igreja Adventista do Sétimo Dia, com presença em 204 países e sede mundial nos Estados Unidos da América. Analisamos também de que forma os trabalhos dessas Ong's estão inseridos nos projetos evangelísticos das Igrejas a que são ligadas. Também é objetivo deste capítulo apresentar uma análise que procura compreender até que ponto o assistencialismo pode ser entendido como instrumento de controle social, idealizado pela sociedade liberal burguesa, mantendo a ordem necessária para a expansão do seu modo de produção. Desse ponto de vista, é feita uma reflexão sobre a origem das práticas caritativas no Brasil através da figura do Assistente Social. Além do estudo dessas entidades, através de entrevistas realizadas com pessoas que recebem assistência na CEAMI, objetivamos reconstruir o cotidiano e os modos de pensar dos assistidos: como vivem, como percebem a assistência recebida, como se vêem enquanto cidadãos e como constroem subjetivamente essa dependência.

O recorte temporal privilegiado para a pesquisa se dá a partir dos anos oitenta até a atualidade, retrocedendo, sempre que necessário, quando a pesquisa assim o exigia, para esclarecer algum ponto. A cidade de Uberlândia é o espaço geográfico escolhido.

Em relação aos pressupostos teóricos e à metodologia empregada para esta pesquisa, uma variedade de fontes e bibliografias foram utilizadas para a análise, as quais foram sendo incorporadas durante a trajetória da graduação. Acima de tudo, o diálogo com Maria da Glória Gohn e Nanci Valadares de Carvalho, ambas citadas no decorrer desta introdução, e que se inserem no contexto das Ciências Sociais, foram fundamentais para um melhor entendimento do objeto de pesquisa.

Concordamos com Ana Mágnia Couto quando afirma que quando tratamos “de pressupostos teóricos, esses são referenciais conceituais que servem como orientação e reflexão, e não se constituem em amarras que

possam trancafiar a análise em um modelo fechado”²³. E quando falamos de assistencialismo, de exclusão social, de paternalismo, conceitos amplos e que devem ser historicizados, é necessário reconstruirmos a memória, os costumes, a cultura dos sujeitos que, de um modo ou de outro, deveriam ser os principais beneficiários dos projetos das entidades pesquisadas. Quando utilizamos o conceito de cultura, remetemo-nos a toda uma produção historiográfica²⁴ desenvolvida nas últimas décadas, muito bem sintetizada por Paulo Almeida, que assim a define:

*Queremos compreender a cultura como a maneira pela qual os homens desenvolvem suas práticas sociais, refletindo seus modos de viver, trabalhar, morar, lutar, morrer, divertir-se etc. Assim, a cultura é sempre tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes, além da promoção e do desenvolvimento de iniciativas do cotidiano com todas as suas formas de expressão, de organização e de luta social.*²⁵

A cultura popular²⁶, lastreada no dia-a-dia das pessoas, não é algo extático, mas se modifica continuamente, adaptando-se, descartando e incorporando elementos, “num fluxo contínuo”²⁷ e transformador, onde as relações, as disputas, os conflitos de interesses são expostos. E esses costumes acabam manifestando-se no cotidiano, no “terreno comum das experiências compartilhadas”, onde os sujeitos constituem-se como tais e desenvolvem suas práticas sociais. Conhecer a realidade das pessoas que têm em comum o fato de serem dependentes de algum tipo de auxílio das

²³ COUTO, Ana Mágnia Silva. **Os Catadores de Papel, Práticas e Intervenções na Cidade: Uberlândia, 1970/1997**. Monografia de Conclusão de Curso, UFU. 1997. p. 4.

²⁴ Começando com os teóricos da conhecida Historiografia Marxista Inglesa do pós-guerra, baseei-me no livro de FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 309 – 341. Nomes como os de HILTON, C. Hill, HOBSBAW, KIERNAN, RUDÉ, THOMPSOM, E, BENJAMIN. De CEVASCO, M. E. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. HALL, WILLIAMS e HOGGART.

²⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Cultura e Trabalho: Os Círculos Operários Católicos entre as Práticas de Assistência e Controle**. In: Histórias & Historiografias. EDUFU, Uberlândia, 2003. pp. 179-180.

²⁶ Para THOMPSOM, o conceito de “cultura popular”, por ser generalizante demais, não comporta as diferenças, os antagonismos existentes dentro de uma mesma classe, sendo o costume, mutável e de fácil adaptação, melhor empregado. Ver THOMPSOM, E. P. **Costume e Cultura**. In: Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

²⁷ Idem, p. 16.

entidades assistenciais tornou-se imprescindível. Sobretudo quando as significações e interpretações dos sujeitos da história se dão no campo da memória. Daí, a necessidade de buscar fazer com que estas memórias se tornem audíveis, não numa reprodução pura e simplesmente do outro, mas num exercício de interpretação e análise, longe da intenção da exemplificação ou da construção de arquétipos sociológicos, mas pensando nas possibilidades, da representatividade implícita dentro de uma determinada classe²⁸ social.

Como escolha privilegiada do historiador, que já é um posicionamento político, e entendendo a História enquanto **Práticas Sociais**, trabalhar com fontes orais tornou-se uma necessidade, pois:

*o uso da história oral como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais (...) nos coloca diante da problemática do sujeito e da consciência social na história, levando-nos a retomar e ampliar leituras e a aprofundar pesquisas e reflexões, sempre dentro da perspectiva de construir um conhecimento histórico que incorpore toda a experiência humana e no qual todos possam se reconhecer como sujeitos sociais*²⁹.

Fontana nos alerta que devemos “nos esforçar para recuperar fundamentos teóricos e metodológicos sólidos que possibilitem ao nosso trabalho nos recolocar em contato com os problemas reais dos homens e mulheres do nosso mundo”³⁰. A narrativa oral, portanto, é uma fonte riquíssima que, usada de maneira correta, pode descortinar todo um universo particular e não linear, que desdobra-se diante do historiador atento que faz uso dela. É um diálogo entre o pesquisador e o sujeito social,

²⁸ O conceito de classe adotado aqui é o conceito definido por THOMPSON, quando afirma que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”, pois “não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico”. Conforme THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol. 1, p. 12.

²⁹ KHOURY, Y. A. **Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História**. In: Muitas Memórias, Outras Histórias, pp. 117, 118

³⁰ FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 18.

destinado a recompor fragmentos da memória, de maneira a compor um quadro vivo da própria experiência.

Neste trabalho, fazemos uso da história oral correndo o risco de ter “algumas lacunas, silêncios, no resultado final de nosso trabalho que permanecerão sem respostas”³¹, entendendo que mesmo isso faz parte da experiência do sujeito, parte da elaboração de sua memória individual, parte de sua visão de mundo. Buscar esses fragmentos de memória, problematizá-los, reconstruindo sua trajetória enquanto sujeitos, resgatar sua vivência, é o trabalho do historiador que escolhe trabalhar com a fonte oral. Entrevistas foram realizadas com dirigentes de Ong’s, mantenedores e pessoas assistidas, o que, a nosso ver, mostrou-se mais útil para entender os modos de vida de parcelas significativas da população pobre de Uberlândia, suas maneiras de relacionar-se com a cidade, a forma como entendem seus direitos sociais e como encaram o fato de necessitarem receber auxílios transitórios para sobreviver ou para livrar-se da dependência química.

Para essa pesquisa, utilizamos ainda de diversas fontes documentais, buscadas em cartórios, arquivos da Secretaria Municipal de Bem Estar Social da Prefeitura de Uberlândia, arquivos das entidades pesquisadas, do CEDHIS além de diversos jornais e revistas.

CAPÍTULO I

³¹ COUTO, Ana Mágnia Silva. **Os Catadores de Papel, Práticas e Intervenções na Cidade: Uberlândia, 1970/1997**. Monografia de Conclusão de Curso, UFU. 1997. p. 10.

ONG'S EM UBERLÂNDIA: NORMAS PARA SUBVENÇÕES MUNICIPAIS

Nossa busca por informações sobre a atuação das Ong's em Uberlândia começou pela investigação em duas frentes: no Cartório de Títulos, Documentos & Pessoas Jurídicas e na prefeitura Municipal de Uberlândia.

A visita ao Cartório revelou-se quase infrutífera. Tendo em vista a natureza da pesquisa, acreditávamos que bastaria solicitar informações a respeito de Organizações Não Governamentais que rapidamente teríamos a relação de todas as instituições registradas naquele órgão. Qual não foi nossa surpresa ao percebermos que, se o termo Ong é relativamente popular, para fins de registro oficial ele não existe. O registro de uma instituição em Uberlândia leva em conta apenas a natureza estatutária da mesma, e não para qual fim se destina, muito menos se é de utilidade pública, cooperativista, agremiação classista ou outra qualquer.³² Para se obter esse registro, basta se declarar sem fins lucrativos, apresentar os documentos solicitados e a entidade estará operacional, podendo realizar campanhas para angariar recursos de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo os governos municipais, estaduais e federal.³³

Não tendo sido possível a obtenção de maiores informações junto ao Cartório, fomos à Prefeitura Municipal de Uberlândia. Há duas maneiras de se garantir subvenções municipais. Uma delas é através das Dotações Orçamentárias da Câmara Municipal, administradas diretamente pelos Vereadores locais, que recebem os pedidos, elaboram os projetos e os aprovam, sendo passíveis de reformulações ou mudanças pela Procuradoria

³² Ver no anexo as exigências para o registro de estatuto no Cartório de Títulos, Documentos & Pessoas Jurídicas.

Geral do Município, ligada ao Gabinete do Prefeito. A outra maneira é buscar os recursos diretamente no Executivo, que centraliza a administração das subvenções na Secretaria Municipal de Bem Estar Social.

A concessão de subvenções sociais por parte do município foi regulamentada através de uma lei promulgada em 02 de Junho de 1993, de autoria do então vereador Onofre de Oliveira, a Lei nº 5775. No artigo primeiro desta lei, era entendido que seria liberada “a concessão de subvenções sociais, anual ou eventual, às entidades privadas sem fins lucrativos”. E no artigo segundo, parágrafo quarto, completava afirmando que: “A subvenção, anual ou eventual, será concedida às entidades que prestam serviços em caráter permanente e continuado”. Afora isso, havia seleção quanto ao tipo de serviço que essas entidades deveriam prestar à população, de acordo com seu ramo de atividades, especificamente “serviços essenciais de assistência social, de saúde, de educação, de cultura e de desporto”³⁴. Notemos que não há nenhuma referência ao termo Ong, apesar de à época este já ser relativamente popular. Mas algumas características de Organizações Não Governamentais já estão presentes, como o fato de ser necessário às entidades que se candidatam às subvenções serem ‘privadas e sem fins lucrativos’.

Significativo também é o fato dessas subvenções serem destinadas àquelas entidades prestadoras de serviços ditos “essenciais”, como assistência social, saúde, educação, cultura e desporto. Tradicionalmente estes serviços deveriam ser dever do Estado, constituindo-se enquanto direitos dos cidadãos, assegurados pelas Constituições de todos os países ditos democráticos, incluindo-se o Brasil. Não há dúvida de que esses direitos nunca foram plenos, principalmente no Brasil, em que a marca da desigualdade social, incentivada pelo exercício de uma democracia incipiente e sobressaltada por intervalos de ditaduras, sempre foi uma

³³ No caso das subvenções públicas, nos limitaremos aos proventos do Governo Municipal, sobre o qual falaremos mais adiante, quando discutirmos a legislação municipal sobre o tema.

³⁴ Lei nº 5775, Art. 1º, § único.

constante. Cabe lembrar que em menos de duzentos anos o Brasil teve sete Constituições³⁵ diferentes, modificadas de acordo com as correlações de forças e com os tipos de Governos então no Poder. Os direitos do cidadão nunca foram sua real expressão, muito menos sua primeira preocupação.

A última ‘edição’ da Constituição é de 1988. Nesta, as ações da sociedade civil, sobretudo dos setores organizados, possibilitaram assegurar muitos dos direitos acima citados, mas sem uma real implementação na sociedade. Não é de estranhar, portanto, que uma lei que regulamenta subvenções o faça na condição de que as entidades que a receberem prestem o tipo de serviço que deveria ser dever do próprio Estado. E isto num tempo (1993) em que “o Estado é ‘minimizado’, de acordo com os princípios políticos e econômicos neoliberais triunfantes”³⁶. Claramente se percebe uma transferência de funções do Estado, mínimo nos investimentos, planejamento e gestão, em nome de uma política que privilegiaria o Mercado, regulador das funções sociais em sociedades doravante chamadas pelo termo “Economias”. Como o Mercado também não resolve as demandas sociais, o que seria uma contradição, surgem as entidades Não Governamentais, constituindo-se num terceiro setor à acrescentar-se ao Estado e ao Mercado, implementador, na prática, das políticas focalizadas do Estado.

O artigo segundo da Lei nº 5775 agrupa as entidades de acordo com sua atuação em grupos de 01 a 08, vinculando-as às Secretarias Municipais correspondentes. Assim, entidades que prestem serviços de apoio à Cultura, serão atendidas pela Secretaria de Cultura, projetos de conscientização e preservação ambiental, à Secretaria do Meio Ambiente, por exemplo. Toda a subvenção, no entanto, continuaria sendo centralizada pela Secretaria de

³⁵ Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Fonte: Enciplopédia Brasileira, 2001, verbete: Constituições.

³⁶ CHOMSKY, Noam. **O Lucro Ou As Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global**, 4ª edição.. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2004. p. 106.

Bem Estar Social, que realocaria os recursos de acordo com as demandas das demais Secretarias.

Há, todavia, uma observação que deve ser feita em relação aos tipos de entidades que poderiam receber subvenção. Conquanto haja uma grande quantidade de entidades ligadas a organizações religiosas, há algumas ressalvas quanto à concessão das subvenções a entidades pertencentes à igrejas e mesmo quanto àquelas pertencentes à comunidade, na forma de “sindicatos e associações comunitárias e de classe”³⁷. Essas ressalvas são feitas no corpo do artigo 6º. Mas isso não impede que as mesmas entidades recebam as subvenções, já que o próprio artigo 6º, no parágrafo 1º define: “Os templos religiosos que prestam qualquer tipo de assistência social somente estarão aptos a receber subvenção anual ou eventual através de órgão criado especificamente para tal fim”. Isto explica a proliferação de entidades ligadas a instituições religiosas mas com razão social diferente, atuando em diversas áreas que configuram assistência social, da educação infantil à entrega de cestas básicas, por exemplo. Com relação às entidades comunitárias, o artigo 7º abre uma brecha ao estabelecer que, caso tenham um projeto específico para o qual pleitearão a subvenção, poderão fazê-lo, seja um projeto de curto prazo –eventual – ou médio e longo prazo – subvenção anual.

A análise dos pedidos de subvenção, bem como a fiscalização das entidades contempladas, de acordo com a lei 5775, caberia às próprias Secretarias às quais se filiassem os grupos de entidades por área de atuação. O artigo 9º definia que cada Secretaria deveria constituir uma comissão permanente que ficasse responsável por acompanhar os procedimentos, com autoridade para realizar todo o processo, da análise à fiscalização da entidade, podendo liberar ou cancelar a subvenção de acordo com a prestação de contas oferecida. À entidade caberia, depois de transcorrido o tempo do projeto ou o ano estipulado, entregar a prestação de contas, mas

³⁷ O que poderia compreender organizações como associações de moradores, por exemplo.

só se solicitasse renovação da subvenção. De acordo com a Diretora da Divisão de Projetos Especiais, entre os quais se vincula o setor de Subvenções, senhora Marília Nogueira, a fiscalização das entidades subsidiadas é atribuição de um Conselho paritário, com cinquenta por cento dos membros composto por funcionários públicos municipais e cinquenta por cento composto por representantes indicados pelas entidades subvencionadas. Segundo ofício encaminhado pela senhora Marília, “O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é órgão deliberativo e, desde 2001, é o referido Conselho que discute e destina as verbas públicas municipais, sendo co-responsável no acompanhamento e na fiscalização das mesmas”³⁸.

A lei nº 5775, de 02 de Junho de 1993 foi alterada em 19 de Agosto de 2004, pela lei nº 8794. Na verdade, dos 11 artigos da lei anterior, apenas o artigo nº 5 recebeu alterações significativas. Os demais artigos receberam o que poderíamos chamar de ‘adequações’. Exemplos dessas adequações são respectivamente os artigos 1º, alínea F e artigo 9º § único. Onde estava o exposto: “f Grupo VI – entidades filantrópicas destinadas a atender prioritariamente ao idoso, à criança e ao adolescente, ao portador de deficiência, ao toxicômano, ao alcoólico, ao albergado, ao migrante, à saúde e a formação pré e profissionalizante serão atendidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;”, foi suprimido o termo “alcoólico”, por entender que esse doente se enquadra na categoria de toxicômano, e substituído o nome da Secretaria pela sua nova designação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social”. O § único do artigo nº 9, que afirmava: “Somente as instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções”, recebeu um adendo, ficando sua redação alterada, a partir de “... órgãos oficiais de fiscalização *e pelo CMAS ou outro conselho afim*,

³⁸ Ofício nº 583/2004 – SMDS/DPE, recebido em 15/10/2004, em reposta à solicitações de informações quanto aos valores de subvenções do Governo Zaire Rezende (2001-2004), o número de entidades beneficiadas, o número de assistidos e a quem caberia a fiscalização das mesmas.

nos termos do artigo 5º, inciso 7º, serão concedidas subvenções”.

Podemos considerar as modificações nesses dois artigos como adequações porque, em se tratando de dependência alcoólica, já desde algum tempo o álcool recebe tratamento dos órgãos de saúde – Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde – equivalente ao de qualquer outra droga, sendo seus dependentes referidos pelo termo de dependente químico, tal como acontece com usuários de outros tipos de drogas. Já a criação do CMAS, de acordo com a própria Diretora da Divisão de Projetos Especiais, é anterior à Lei de alteração, uma vez que já desde 2001 havia assumido efetivamente as funções designadas pela Lei 8794 de 19 de Agosto de 2004 – destinação e fiscalização das subvenções.

O artigo 5º da Lei 5775 foi o único a receber alteração efetiva por parte da Lei 8794. Este artigo é o que define quais os documentos que uma entidade deveria apresentar ao pleitear verbas públicas do poder municipal na forma de subvenções sociais. As alterações mais substanciais dizem respeito à composição legal e jurídica das entidades, que a partir de agora, além dos documentos usuais – estatuto social, projeto de destinação dos recursos, atas das reuniões, comprovação de não remuneração da diretoria, balanço, etc. – deverão demonstrá-las, através da apresentação de documentos, como qualquer outra empresa que presta algum serviço ao poder público. Os incisos de II a VII foram acrescentados ao artigo 5º, estabelecendo como exigência:

II. Cópia do estatuto social e certidão de registro do mesmo;

III. Cópia do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

IV. Alvará de licença de funcionamento;

V. Certidão negativa de débito (CND) junto ao INSS;

VI. Certidão de regularização de situação do FGTS junto à Caixa Econômica Federal;

VII. Certificado de inscrição no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho correlato ao programa ou projeto a ser desenvolvido;

Assim, a prestação de serviços na área social e a conseqüente busca de recursos tornou-se um negócio para profissionais. Em qualquer entidade, além dos profissionais e voluntários que exercem as atividades para as quais a entidade foi estabelecida, um novo grupo de profissionais começa a encontrar espaço, para atender as exigências cada vez maiores dos parceiros e mantenedores. Administradores, contadores, advogados, estão lado a lado com médicos, enfermeiros, biólogos, assistentes sociais, num mercado que se revela crescente, sendo uma boa alternativa para quem está buscando o primeiro emprego.

Algo precisa ser dito em relação a essas exigências do poder público para a obtenção de subvenções por parte das Ong's. A característica que mais distinguia as Ong's de outros movimentos da sociedade civil era o fato de não ser governo, conseqüentemente, poder agir de forma independente, sem as flutuações do ambiente político. A própria legitimidade dessas entidades baseava-se nisso: autogoverno, cooperatividade, capacidade de intervenção na realidade a partir das próprias necessidades locais, sem a intervenção do poder público. O Banco Mundial, ao fazer sua definição de Ong's, assim declarou, aludindo ao caráter independente das entidades: “grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo e caracterizadas principalmente por objetivos humanitários ou cooperativos, em vez de comerciais”³⁹. Mas o fator financeiro deve ser levado em conta ao se fazer a análise de independência das Ong's, para que a dimensão real desse distanciamento possa ser compreendido. Nos últimos anos no Brasil, principalmente após o início do governo petista, denúncias

³⁹ KORTEN, David C. **The role of nongovernmental: changing patterns and perspectives**. In: SAMUEL, Paul & ISRAEL, Arturo. *Nongovernmental Organizations and the World Bank*. Wasington, DC. IBASE/UNDP, 1991. Citado por GONH, 2000, p. 54.

diversas em toda a imprensa nacional⁴⁰ evidenciam que esse caráter independente pode ser uma ilusão. Mais que isso, existem entidades que funcionariam como verdadeiras extensões de grupos políticos, realizando atividades com fim meramente eleitoreiro.

As Ong's são organizações de caráter privado. Inicialmente eram financiadas por instituições internacionais, via de regra ligadas à ONU ou algum outro órgão de fomento ao desenvolvimento localizado ou global, como o Banco Mundial, FMI, BIRD, entre outros. A idéia era que as Ong's fizessem a intermediação entre essas instituições e as populações, contando com profissionais que, livres das amarras políticas locais, pudessem implementar seus projetos. Com o passar do tempo e com a proliferação das Ong's, ampliou-se a área de atuação delas, conseqüentemente a necessidade de recursos cresceu na mesma proporção, até que

*nos anos 80 eles eram interlocutores ocasionais e, fundamentalmente, eles se inseriam em políticas elaboradas pelo Estado, num esforço de articular e mobilizar um campo de forças de apoio às políticas participativas deflagradas pelo Estado*⁴¹

A mesma autora afirma que nos anos 90, com as crises internacionais, os financiamentos internacionais diminuíram muito, tendo as Ong's que buscar outras fontes de recursos, aumentando sua dependência dos recursos públicos, mesmo entidades com atuação transnacional⁴². As entidades foram

⁴⁰ Ver a nota número 54 para uma relação de veículos de comunicação que denunciaram supostos esquemas de corrupção envolvendo Ong's.

⁴¹ GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, Ong's e Cidadania**. 3ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 2003. p. 57.

⁴² É importante lembrar que as Ong's não buscam apenas no Estado ou organismos internacionais os recursos para sua manutenção ou implementação de seus projetos. É claro que, na maioria das vezes são esses os principais parceiros ou financiadores, mas há algumas outras maneiras de se conseguir investimentos. Em Uberlândia, por exemplo, algumas Ong's descobriram maneiras inusitadas para conseguir manter seus projetos. A Ong Ação Moradia é uma delas. Com dificuldades para conseguir incentivos, fez parceria com o Grupontapé de Teatro, na apresentação da peça O Santo e a Porca, de Ariano Suassuna, em Novembro de 2003. Além de arrecadar R\$ 4.300,00 com a parceria, segundo a coordenadora da Ong, Eliana Setti, o projeto atraiu a atenção de potenciais parceiros, garantindo outros investimentos importantes para a Ong. outras entidades são beneficiadas com recursos de empresas, na forma de parcerias ou de fundações constituídas com o propósito de financiar totalmente a entidade, o que não é novidade, dada a nova realidade institucional da "responsabilidade social", onde a empresa obtém benefícios substanciais de imagem e mesmo de incremento real no faturamento, passando uma imagem de empresa solidária, obtendo, além disso, o

alçadas à condição de parceiras do poder público no seu processo de desregulamentação na sociedade, constituindo-se em implementadoras privilegiadas das políticas sociais. Dois problemas: não é mais ao Estado que a sociedade deve cobrar seus direitos sociais; ao se tornarem parceiras do Estado, as Ong's perdem sua característica de independência. Não se estruturam mais em relação aos projetos, mas em relação às exigências do financiador, inclusive quanto à natureza dos projetos, locais de implementação e objetivos a alcançar. Tornando-se o financiador, o Estado se torna também detentor dos benefícios auferidos, políticos principalmente, da atuação das Ong's.

Há aqui um conceito que deve ser revisto a partir da transferência das responsabilidades sociais do Estado para entidades privadas, como as Ong's. É o conceito de Cidadania. Construída coletivamente, como expressão da vontade política dos sujeitos históricos, mediante um 'contrato social' coletivo, onde ao Estado cabe o papel de implementador de políticas públicas, traduzidas na forma de serviços essenciais prestados à população, que não são de maneira alguma expressões da bondade ou magnanimidade dos dirigentes públicos, mas frutos de disputas dentro do campo político e público, conquistas coletivas da sociedade. Com o crescimento das Ong's e a paulatina transferência dos serviços sociais do Estado para as mesmas, há um esvaziamento político como consequência, já que as políticas sociais se transformam em "prestação de serviços", não mais garantidas pelo Estado, não mais duradouras, não mais conquistas coletivas. Agora, os serviços duram o tempo do projeto da entidade, sendo sua prestação elaborada em torno de necessidades individuais, como forma de caridade, "retrocedendo a problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos

providencial desconto do Imposto de Renda das quantias aplicadas, o que lhe proporciona ganhos duplicados. Existem ainda as entidades ligadas aos movimentos religiosos, cujos membros financiam através das 'ofertas voluntárias' os projetos das mesmas. Além de campanhas realizadas periodicamente, como "Mutirão de Natal", da Adra.

patamares da cidadania individual”⁴³. Este é um assunto polêmico, que não pretendo resolver nesse trabalho, mas ao qual talvez volte no futuro.

Essa é a legislação municipal que regulamenta as relações das Ong’s com o Estado, em nível local. Quanto às legislações estadual e federal, não foi nosso propósito pesquisar neste momento, uma vez que o objetivo do exposto se dá na esfera municipal.

Um detalhe importante que não podemos deixar de mencionar. Não nos foi possível perceber quando e como se deu a apropriação do termo Ong pelo poder público municipal. Que a legislação municipal foi surgindo de acordo com a necessidade e com a crescente participação das entidades assistenciais nos projetos do poder público municipal com a conseqüente transferência de suas responsabilidades, conforme exposto na Lei 5775 de 1993 e a alteração de 2004 na forma da Lei 8794, é fácil concluir. Mas quando as entidades assistenciais se transformaram em Ong’s, já não é possível. Nos contatos com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com a Diretora de Projetos Especiais, a Assistente Social, a Assessora da Secretaria e com o próprio Secretário, o termo Ong foi sempre utilizado, mas partiu do pesquisador a utilização do mesmo desde o primeiro contato. Os documentos não nos mostram como se procedeu a mudança, nem os próprios interlocutores souberam dizer, já que não existia para eles a preocupação em documentar a transição, se é que houve uma transição.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nos últimos 4 anos, que coincidiram com a administração do prefeito Zaire Rezende, destinou na forma de subvenções R\$ 26.886.015,96. Este valor foi destinado segundo a tabela abaixo:

⁴³GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, Ong’s e Cidadania**. 3ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 2003. p. 37.

TABELA I

	2001	2002	2003	2004
Nº Entidades	106	111	116	100
Nº Atendim.	6401	7960	7986	8672
Valores (R\$)*	6.123.741,00	7.049.538,00	7.153.397,00	6.559.339,96

Fonte: Sec. Mun. Desenvolvimento Social de Uberlândia (ofício 583/2004).

Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Social, publicados no jornal Correio de 17/12/2004, os proventos para o ano de 2005 já estavam aprovados pela Câmara Municipal perfazendo cerca de nove milhões e seiscentos mil reais, atendendo cento e treze entidades já selecionadas. Além das subvenções da SMDS, a Câmara havia aprovado ainda recursos da ordem de cinco milhões e setecentos mil reais, que seriam transferidos a título de “contribuições correntes para despesas de capital de diversas entidades e órgãos ligados a algumas secretarias”. Como exemplo de entidades que receberiam essas “contribuições” estavam na lista a ACIUB e o Pólo Moveleiro, órgãos nada beneficentes, diga-se de passagem.⁴⁴ Com o contingenciamento feito pela Secretaria de Administração, no sentido de diminuir custos e adequar a Prefeitura à Lei de Responsabilidade Fiscal, em 19/05/2005 foi publicado no jornal Correio nova projeção de gastos com subvenções, diminuindo tanto os valores quanto o número de entidades beneficiadas. De cento e treze entidades, o número caiu para noventa e três. Os valores repassados caíram para pouco mais de oito milhões e cem mil reais.⁴⁵

* Valores sem correção.

⁴⁴ **Jornal Correio**, de 17/12/2004, Caderno de Política.

⁴⁵ O valor exato, publicado na Coluna Confidencial, do Caderno de Política do **Jornal Correio**, em 19/05/2005, é de R\$ 8.191.543,62..

É importante lembrar que as demais Secretarias Municipais às quais se ligam entidades por afinidade ou área de atuação correspondente, recebem recursos que são repassados pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SMDS – de acordo com a necessidade. Somente em 2004, a Secretaria da Saúde recebeu da SMDS R\$ 359.847,38 do valor total da subvenção daquele ano, repassados, segundo os relatórios da SMDS a “10 entidades do segmento dependente químico”.⁴⁶ De acordo com a Diretora da Divisão de Projetos Especiais – DPE, senhora Marília Nogueira, os valores repassados são em espécie, para as necessidades cotidianas das entidades. Não são contados os auxílios na forma de produtos, como alimentos – carnes e verduras – materiais de higiene e limpeza.

Pelos dados da tabela acima é possível perceber que em 4 anos – 2001-2004 – foram atendidas 433 entidades, perfazendo uma média de cerca de 108 entidades por ano. Pela legislação municipal as subvenções são anuais, mas como a mesma lei prevê renovação de subvenções para projetos continuados, não é difícil chegar à conclusão de que, provavelmente as subvenções são dadas às mesmas entidades, com pequenas alterações de ano para ano. Uma outra evidência leva a essa mesma conclusão. Em nenhuma das leis, seja a original, de 1993, ou a alteração, de 2004, isso fica claramente estabelecido, mas apenas entidades com sede na cidade recebem subvenções. O artigo 5º, que é o artigo utilizado para embasar a prática, prevê na alínea I a apresentação de “cópia da lei que declare a entidade de utilidade pública municipal” e é a única menção que pode ser interpretada como exigência de configuração local. O fato é que várias entidades que têm sedes em outras cidades, estados ou países, ficam impossibilitadas de recorrer à subvenções municipais para desenvolver projetos locais, tendo que buscar outras fontes de recursos.

Com base nisso, e a constatação da relativa imobilidade no número de entidades que recebem subvenção municipal, é possível concluir que pode

⁴⁶ Dados contidos no Ofício 583/2004 – SMDS/DPE.

existir uma relação viciosa entre as entidades e o poder público local; entidades que são utilizadas com fins de promoção política de um lado, e a garantia de continuidade do outro. A própria fiscalização da aplicação dos recursos lança dúvidas, uma vez que parte dos fiscais advém das próprias entidades, que obviamente são aquelas estabelecidas na cidade, que lhes assegura uma avaliação sempre favorável. A direção local de uma das Ong's que é objeto de pesquisa desta Monografia, a ADRA, reclama que, pelo fato de a lei municipal assegurar subvenções apenas a entidades que tenham registro local, entidades com alcance maior – nacional ou mesmo internacional, como é o caso da ADRA – não recebem subvenções. As reclamações não encontram eco no município, já que a ADRA não tem representatividade política para realizar as mudanças que ela julga serem necessárias.

A diretora da ADRA em Uberlândia, senhora Jandira Tavares, chegou a afirmar que “por várias vezes peguei um carro e fui à Brasília (sede da ADRA na América do Sul) tentando convencê-los a permitir a criação de uma Ong local, mas vinculada à entidade”⁴⁷ já que não consegue receber os recursos que julga necessários para seu trabalho na cidade. Segundo seu depoimento, a direção da Ong, que não aceitava essa alteração em sua estrutura jurídica, que tornaria a operação local muito independente, parece estar mudando de estratégia. Quando da entrevista⁴⁸ com o pastor Valmor Ricardi, diretor da ADRA para o sudeste, ele afirmou que

*o problema é que cada Estado, cada Município tem uma legislação, legislação própria. **Então nós vamos ter que adaptar nossos estatutos** e, as vezes, até há lugares em que as entidades locais colocam barreiras para que outras entidades cheguem ao lugar.*

Insinuando um conflito que nem sempre permanece nos bastidores, motivado pelas subvenções públicas.

⁴⁷ Depoimento concedido em 26/04/2004.

Enquanto o número de entidades atendidas permaneceu relativamente estável, o número de atendimentos à população teve um aumento de mais de 26% no mesmo período. Muitos fatores podem ser responsáveis por esse aumento. Uberlândia é uma cidade que teve um crescimento demográfico acelerado durante toda a década de 1980, continuando a crescer, talvez não com a mesma intensidade mas ainda sim com bastante rapidez, na década de 1990 e início do século XXI. Esse crescimento teve origem provavelmente pelo fato de Uberlândia estar numa localização privilegiada, sendo um local de passagem entre sul-sudeste e centro – oeste e norte. Em nome dessa localização privilegiada, durante e após a construção de Brasília o comércio Uberlandense cresceu, originando algumas das maiores empresas de distribuição do país. Isso atraiu a atenção de milhares de pessoas que para cá vieram em busca de uma vida melhor. Após os anos 70, a difusão da agricultura intensiva aumentou ainda mais a fama de prosperidade da cidade, atraindo novas levas de imigrantes.

A fama nem sempre corresponde à realidade. Muitos não conseguiram trabalho e a expectativa de uma vida melhor transformou-se no pesadelo do desemprego. A cidade tentou criar mecanismos de contenção tanto para a imigração quanto para seus resultantes: desemprego, fome, favelização periférica, violência urbana, entre outros. O projeto pensado para a cidade não comportava esses grupos humanos, porém eles continuavam a chegar e algo precisava a ser feito.

No final da década de 90 e entrando no novo século, esse problema não estava resolvido, como mostra o número sempre crescente de atendimentos praticados pelas entidades assistenciais. Levando-se em conta ainda os programas oficiais do governo federal, como vale gás, bolsa escola, etc., assim como do próprio município, como pró-pão; e aquelas

⁴⁸ entrevista realizada em 01/02/2004, com o pastor Valmor Ricardi, Líder da ADRA para a região sudeste – menos São Paulo. Grifo acrescentado.

pessoas que não entram nas estatísticas por não receberem atendimento algum, o número pode ser muito maior.

Em face ao aumento de 26% no atendimento, o aumento dos valores da subvenção, em valores absolutos subiu apenas 2,5%, e isso levando-se em conta os quatro anos pesquisados. Na realidade, de acordo com a SMDS, esse aumento só ocorreu por causa de aumentos nas folhas salariais das entidades, ainda assim não sendo suficientes para arcar com esses novos custos. Valores para atendimento ou novos projetos, reajustes tendo em vista a inflação, não aconteceram. Na verdade, no final do ano de 2004, o número real de entidades beneficiadas diminuiu até mesmo levando-se em conta o ano de 2001. 100 entidades em 2004, contra 106 em 2001. Mais pessoas recebendo atendimento, menos entidades subvencionadas, nenhum aumento real nos valores das subsistências.

Ong's em Uberlândia: diversificação das atividades

Apesar da lei municipal estabelecer que a concessão de subvenções será “anual ou eventual (no caso de projetos específicos)”⁴⁹, a lista de entidades que a recebe efetivamente pouco muda de ano para ano. Isto se explica quando voltamos um pouco, na afirmação de que “a subvenção, anual ou eventual, será concedida às entidades que prestam serviços em caráter permanente e continuado”⁵⁰. A lista de entidades, recebida na SMDS, é composta de 97 entidades e, de acordo com o tipo de atendimento que fazem, podem ser divididas conforme a tabela abaixo:

⁴⁹ lei 5775, artigo 8º.

⁵⁰ lei 5775, artigo 4º

TABELA II

Núm. Total de Entidades	Assistenciais	Confessionais	Comunitária	Centros de Form. Prof.
97	85	37	11	15

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Uberlândia

As entidades listadas como assistenciais, compõe-se de asilos, creches, Ong's que oferecem atendimento ambulatorial e odontológico, além de outras que distribuem alimentos ou acompanhamento jurídico em casos específicos. Percebe-se uma discrepância entre o número total de Ong's e a soma delas quando se leva em conta o gênero. Isto se explica porque as entidades confessionais, ou seja, ligadas a movimentos religiosos, igrejas ou cultos alternativos, quase sempre praticam atendimento assistencial.

As entidades grafadas como comunitárias, são associações de moradores, clubes de mães ou sociedades amigos de bairros, que numa análise superficial não podem ser classificadas como Ong's, mas que, nos diálogos travados com a SMDS, não foram classificadas de maneira diferente, pelos motivos já discutidos anteriormente. Além desses, uma outra categoria, a dos sindicatos rurais, não foram mencionadas, apesar de serem entidades que recebem recursos municipais. Nesse caso, essas entidades foram classificadas de acordo com o tipo de serviço prestado, que é assistência social aos moradores do campo e programas de formação profissional, estes com apoio também de órgão estaduais ou federais, como Fapemig ou Embrapa.

No caso das entidades comunitárias, são os programas de assistência desenvolvidos ou os projetos específicos que são nomeados. O que não é difícil de entender, uma vez que a própria lei 5775, no inciso III do artigo

6º determina que “é vedada a concessão de subvenção social às seguintes entidades: (...) **sindicatos e associações comunitárias e de classe**”.⁵¹ Um exemplo disso, entre outros, é a Associação de Moradores do Distrito de Tapuïrama, que na listagem da Secretaria, entra no rol das ‘creches subvencionadas’, projeto que realmente existe naquela entidade, entre vários outros, é claro.

Os centros de formação profissional, por outro lado, fazem parte da lista de serviços tanto de entidades assistenciais quanto comunitárias. Na verdade fornecem algum treinamento específico para atividades específicas, sendo voltados, em sua maioria para jovens inexperientes ou para donas de casa que necessitam aumentar a renda familiar mas não podem (ou não querem) trabalhar formalmente, por causa de filhos ou do cuidado com a casa. Noções de informática, rotinas administrativas, corte e costura, crochê, tricô, são os principais cursos de formação profissional oferecidos, se é que podemos nomeá-los dessa maneira. Por serem gratuitos ou quase, realmente atraem muitas pessoas interessadas em encontrar a chave que os fará mudar de vida, mas na maioria das vezes são instrumentos de barganha política ou de proselitismo religioso. No caso dos sindicatos rurais, os cursos são realmente interessantes e são objetos de efetiva melhora, principalmente para pequenos produtores, que recebem orientações quanto a manuseio de sementes e implementos agrícolas, bem como a operação e manutenção de equipamentos de uso obrigatório no campo, como tratores, arados, colheitadeiras ou irrigação.

É importante atentar para o fato de que só recentemente essas entidades passaram a se denominar Ong, fato este que ainda precisa de um exercício maior de reflexão para que possamos entender realmente todas as implicações dessa mudança. A razão da mudança de nomenclatura não corresponderia também a uma reestruturação jurídica no sentido de adequar-se às normas do município, possibilitando-as a buscarem as subvenções?

⁵¹ Grifo acrescentado.

Acreditamos que sim. Normalmente mantidas por doações particulares ou por empresas particulares, hoje é no poder público que as entidades têm sua maior fonte de recursos, algumas chegando a receber subvenções que respondem por até cem por cento de suas necessidades. Maria da Glória Gohn parece indicar que também vai por esse caminho, ao afirmar que

*Políticas de convênio foram criadas para mediar as relações entre as entidades e as secretarias públicas locais. Poderosos lobbies se formaram para pressionar as entidades governamentais, particularmente aquelas situadas junto aos gabinetes dos dirigentes, como as promoções a cargo das primeiras-damas, ou junto à Presidência da República, como a antiga LBA.*⁵²

Se as Ong's surgiram no vazio deixado pela omissão do Estado de suas obrigações sociais, é no próprio Estado que elas passaram a encontrar sua fonte de recursos. Como instrumentos do Estado, controladas às vezes por amigos do poder, sua atuação têm sido alvo de desconfianças e até de denúncias graves.⁵³

CAPÍTULO II

AS ONG'S E O ASSISTENCIALISMO RELIGIOSO

⁵² GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, Ong's e Cidadania**. São Paulo, Editora Cortez, 2003, 3ª ed. p. 13.

⁵³ Diversas reportagens têm aparecido na imprensa nos últimos anos, denunciando motivações escusas na criação de Ong's, muitas delas ligadas a políticos ou partidos. Exemplos de denúncias de corrupção: Revista **Veja**, edição 1856, de 02/06/2004; **Jornal Folha de São Paulo**, edição 29/08/2004; **Jornal Correio**, edição de 29/08/2004. Em relação a entidades criadas para dar suporte a partidos políticos ou dar legitimidade a políticas claramente clientelistas, ver edição da Folha de 29/08/2004. O filósofo Paulo ARANTES, em entrevista ao **FolhaBrasil** online de 18/07/2004 declarou que “o Brasil se transformara enfim numa Ong torrencial. Vamos ver a quem se apresentará a conta”.

Wilton Antônio Teixeira é um ex-dependente de drogas que hoje atua como monitor na CEAMI⁵⁴, entidade onde fez o tratamento, o qual, segundo ele, possibilitou a sua recuperação. Viciado em crack, maconha, cocaína e álcool, antes do tratamento o entrevistado acreditava que para ele não havia mais solução:

*(...) a pessoa quando tá no mundo, tá no vício, tá na droga ele perde totalmente né, o equilíbrio ali, se... não tem hora pra dormir, não tem hora pra se alimentar, então geralmente quando a gente vem pra cá a gente começa, a sentir um pouco ... apertado um pouco né que, a gente tem que cumprir o regulamento. Aquele que quer buscar uma recuperação tem que se adaptar e entrar no regulamento. Que a obra pede.*⁵⁵

Suas palavras sobre o assunto são bastante reveladoras, quando ele se refere a esse momento de sua vida em que sentiu que precisava de ajuda:

*eu vim pra recuperação com 36 anos perdi ... praticamente a credibilidade da família e também perante a sociedade eu tava, éé .. um homem, praticamente um mendigo. Não conseguia mais adaptar ao trabalho, por isso, a gente tava perdido no mundo, ... éé, somente dando qualidade, dando vida somente pro inimigo né, que... tem ... várias vezes, tentou ceifar a nossa vida. Éé ... tive vários ... comas alcoólicos, tive ... um começo ... tive vários tipos de overdoses, né, no momento em que eu tava no mundo usando essas drogas.*⁵⁶

É possível perceber em sua narrativa semelhanças com narrativas de outros dependentes em recuperação, quando se referem ao passado, ou seja, antes de buscarem – ou receberem – ajuda. Trata-se, geralmente, de um passado conturbado, com tentativas, maioria sem sucesso, de largar as drogas ou o álcool por iniciativa própria ou por outros meios. Alguns poucos que, ao menos momentaneamente, obtêm êxito nessa iniciativa, ao encararem a realidade, ao tentarem refazer suas vidas, geralmente sofrem recaídas voltando novamente para as drogas. Uma narrativa representativa dessa dificuldade de conseguir por

⁵⁴ Comunidade Evangélica de Apoio Missionário.

⁵⁵ Fala do senhor Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Concedeu esta entrevista em 03/05/2005.

esforço próprio se libertar do vício, é a do jovem Neto, também internado na CEAMI, ainda no início do processo de recuperação:

Sou químico né, usava cocaína já faz 7 anos. (...) e além de eu usar, eu trafico... traficava também, né. (...) Então aí, parece que depois disso, eu vi que a minha vida estava desmoronando. Sabe, fui perdendo tudo aos poucos. E..... meu pai. Uma pessoa muito simples; minha mãe, humilde demais. Vi eles chorando... eu nunca tinha visto o meu pai chorar na vida. Faz 24 anos que eu me dou por gente né, assim desde quando.... nunca vi meu pai chorando. E eu acho que foi mais.... foi isso mesmo que me cortou o coração, sabe? Saber que eu tenho uma família de gente.. honesta, trabalhadeira, que nunca precisou fazer nada de errado, pra sobreviver na vida, sempre sobreviveram bem, com o pouco que tinham mas sempre bem. Me deu estudo, tem condições de continuar meus estudos, fazer tudo de bom, sem precisar e.... eu partir pro lado errado, né, que é o lado do crime, né. Que é roubo, estelionato, assassinato ⁵⁷

No entanto, por mais que a situação da vida dele estivesse cada vez mais complicada, que o vício o estivesse dominando cada vez mais, não foi esse o motivo que o levou a perceber que precisava de ajuda, mas sim a família. Pai, mãe, mulher e filhos, são agentes que geralmente exercem influência a ponto de fazer com que o dependente busque ajuda. Na narrativa que Neto constrói ao longo da entrevista o reconhecimento dado à família fica bastante evidente. Tanto em relação a situação vivenciada anteriormente, com todos os motivos elencados por ele como cruciais para que encontrasse uma saída para a sua real condição, como na busca da força motivacional para perceber sua situação, buscar ajuda e permanecer na entidade, a despeito das dificuldades, é a lembrança da família que aparece no primeiro plano. Além do pai e da mãe, citados acima, a todo momento ele se refere também à filha de 4 anos e a companheira, as vezes chamada de namorada, outras nomeada de esposa ou mulher. Acima de tudo, a esperança de “construir uma família”, “edificar um lar”, reunindo num mesmo espaço as pessoas que seriam importantes para ele.

⁵⁶ Idem entrevista anterior.

⁵⁷ Fala de Alfredo Carlos Ribeiro Neto, de 24 anos, natural de Franca – SP, em entrevista concedida em 03/05/2005. Na data da entrevista estava na CEAMI à 20 dias.

Os dois entrevistados acima narram a partir de uma experiência comum: a da dependência química. Um se considera curado, o outro está no início do tratamento. Ambos procuraram a CEAMI, uma Ong voltada para a assistência, a qual, conforme consta do seu estatuto de fundação, é “uma organização filantrópica, social, sem fins lucrativos (...) e tem por finalidade beneficente, assistencial, sócio-educativo, cultural e de valorização e promoção humana”⁵⁸.

A maioria das Ong's cujas atividades estão prioritariamente voltadas para o assistencialismo ou para a prática da caridade estão na gênese das organizações de solidariedades horizontais. Para alguns autores há até mesmo uma ligação direta entre este tipo de organização com as organizações filantrópicas do final do século XVIII⁵⁹. De qualquer maneira, estão entre as organizações pioneiras em funcionamento no Brasil, remetendo-se às Caixas de Assistência do final do século XIX. São também, dentre as Ong's, as entidades em maior número, ainda hoje, independentemente da área de atuação a que se dediquem as demais⁶⁰. A tabela II apresentada no 1º capítulo deste trabalho, revela-nos também que as Ong's do segmento assistencial são maioria incontestemente dentre as que recebem subvenção pública no município de Uberlândia.

Isso pode ser explicado pela própria origem destas organizações e o papel que desempenharam dentro do projeto capitalista. Para Maria Clara T. Machado, o trabalho de assistência é menos caridade ou bondade humanas e mais uma forma de controle social, cuidando para que a sociedade liberal burguesa mantenha o seu espírito de ordem, moralidade e higiene social. A partir desta análise, a ligação com as entidades caritativas do século XVIII se torna mais clara, uma vez que o objetivo daquelas era o mesmo: o controle da turba, dos aliados dos benefícios proporcionados pelos lucros da nascente economia industrial. Os objetivos são os mesmos, controle social e disciplinarização dos pobres, embora os métodos hoje utilizados sejam diferentes.

⁵⁸ Estatuto de Fundação da CEAMI, registrado no Cartório de Títulos e Documentos, microfilme 105547. Capítulo I, da denominação, Art. primeiro.

⁵⁹ CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: O nascimento das Ong's**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 15.

⁶⁰ Conforme GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, Ong's e Cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 59. A autora salienta que as filantrópicas/assistenciais são em maior número, mas as principais em termos de importância, são as Ong's cidadãs.

*E, diferentemente das diversas leis dos pobres dos séculos XVIII e XIX, que procuravam disciplinarizar a pobreza pela lei do açoite e das casas de trabalho forçado, o século XX reformulou seu mecanismo de controle – agora mais sutis e, talvez, mais eficazes. O saber que foi sendo gerado, referente às condições sanitárias, à moralização pelo trabalho, à delinquência infantil, aos desvios familiares, à assistência aos indigentes e outros, foi sendo apropriado pela sociedade burguesa à medida em que lhe eram necessários mecanismos de controle mais eficientes e “menos violentos”.*⁶¹

As entidades assistenciais são então o instrumento ideal de controle social da sociedade burguesa atual. Cuida para que aqueles que não se enquadram nos padrões considerados adequados, ou seja, os que não são produtivos, independentemente dos motivos apresentados, não se tornem uma ameaça à sociedade. Precisam ser reeducados, treinados e conformados nos valores burgueses tradicionais, podendo então ser devolvidos ao convívio social como cidadãos exemplares e úteis.

É sintomático o fato de que, no estatuto da CEAMI, estes valores da sociedade burguesa estejam explícitos. A normalidade, a adequação social, a utilidade do indivíduo mediante a sujeição às regras da boa convivência homogêneas e socialmente aceitas é o objetivo final da instituição. Os objetivos gerais da instituição são

*Amparar e promover a recuperação física, moral e espiritual de seres humanos – adolescentes e adultos dependentes químicos, marginalizados pelo uso ou tráfico de tóxicos, homossexual, pessoas com desvios comportamentais, visando a participação deste na comunidade e sociedade.*⁶²

O indivíduo dependente de drogas ou de álcool, de acordo com os valores sociais da sociedade burguesa e as evidências históricas apresentadas a partir da realidade concreta, estão excluídos do mundo social, conseqüentemente do trabalho formal, constituindo-se como marginais sociais. É nesse sentido que sua recuperação ganha relevância, como forma de sujeição, como já alertou Foucault em suas análises sobre o poder e a dominação social. Para Foucault, “a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes, nem com

⁶¹ MACHADO, M. C. T. **A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980)**. Dissertação de Mestrado. pp. 8 e 9.

sua punição ou reinserção social, (...) mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinqüente”.⁶³ Na análise do autor, o indivíduo “nunca é o alvo inerte” da ação do poder, na medida em que há uma apropriação pelo indivíduo dos conceitos referentes às práticas sociais consideradas adequadas.

Isso explica porque um dependente químico percebe como seu principal problema, não os aspectos patológicos da dependência, mas o fato de não se adequar mais às regras de convívio social aceitas como normais, principalmente em relação à família e ao trabalho. Nos dois depoimentos anteriormente apresentados o valor da pessoa enquanto ser produtivo fica bastante evidenciado. “(...) perdi ... praticamente a credibilidade da família e também perante a sociedade eu tava, éé .. um homem, praticamente um mendigo. Não conseguia mais adaptar ao trabalho, por isso, a gente tava perdido no mundo”, narra o senhor Wilton. Não se adequar ao trabalho adquire a dimensão de inutilidade, de inadequação social, portanto de marginalidade. A essência do tratamento não é torná-lo saudável, mas torná-lo adequado socialmente, ou seja, torná-lo produtivo. Neto, ao enumerar as causas que o levaram a procurar ajuda – sobre as quais já fizemos menção – elege também o trabalho produtivo como uma das principais. Seu estilo de vida não estava de acordo com o de sua família, uma família exemplar, uma “(...) família de gente.. honesta, trabalhadeira, que nunca precisou fazer nada de errado, (...)”.

Nos métodos de tratamento da CEAMI, em seus esforços para a adequação do dependente e sua posterior reinserção na sociedade, a religião é o principal instrumento, uma vez que os princípios que regem a entidade, nas palavras do próprio coordenador, são a “criação de valores espirituais, formação espiritual, reconstrução da auto-estima”, ou seja, princípios religiosos, condizentes com aqueles manifestados pela religião professada pelos diretores da entidade.

Durante o tempo de internação, de até oito meses, o interno é obrigado a submeter-se a uma rotina extremamente rigorosa, onde se inclui, entre as cerca de dezesseis horas úteis do dia – da hora de acordar (06:00) até a hora de dormir (22:00) – até seis horas de estudos da Bíblia, divididas em várias etapas, com o monitoramento e acompanhamento

⁶² Estatuto da CEAMI, opus citado, Artigo segundo.

⁶³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, 18ª edição. São Paulo: Graal, 2003. p. 186.

constante dos monitores ou obreiros, como são chamados. Essa doutrinação diária nem sempre é assimilada facilmente pelos novos internos, alguns chegando a desistir do tratamento por causa dela. Após algum tempo, porém, percebe-se o resultado do trabalho constante, os internos começando a acreditar que não apenas é necessária, mas bem vinda, já que, para vencer o vício, é necessário uma mudança de vida. E essa mudança não é apenas quanto aos hábitos normais do dia-a-dia, mas, sobretudo, quanto aos hábitos religiosos.

Durante o processo de doutrinação religiosa, o viciado aprende que o vício tomou conta dele principalmente porque ele vivia uma vida de pecado, com o ‘diabo’ tomando posse da vida dele. Para vencer o vício, é necessário exorcizar o ‘diabo’ da vida, deixar a vida de pecado, passar a viver um outro tipo de vida, em que, naturalmente, a religião deve ter papel central. Não uma religião qualquer, mas aquela religião sobre a qual estão aprendendo. Quando o interno fica convicto disso, acontece então a ‘conversão’, ou o novo nascimento, como é chamado pelos monitores e internos mais antigos. Os problemas, o vício, não pertencem mais à pessoa, já que são frutos de uma vida antiga, a qual não lhes pertence mais. Agora são novas pessoas, renascidas para Deus, com novos hábitos e maneira de pensar.

Na narrativa do senhor Wilton a religião aparece como ponto alto. A conversão, o novo nascimento ao qual ele se refere muitas vezes ao falar sobre sua recuperação, ocupa o papel central em sua vida.

O novo nascimento é primordial né, pra vida de um ex-drogado. De um ex-dependente químico. Eu creio que sim, né ... não tem.. não tem outra forma, a não ser o que... (...) várias pessoas também passaram mas, alguns não teve um novo nascimento e hoje em dia a gente, né... tem notícias que não são muito boas sobre essas pessoas né. Terminou o tempo, eee... não teve um novo nascimento então tá havendo muitas dificuldades pra conviver com, com o mundo lá fora. As pessoas.... e já as pessoas que já teve um novo nascimento tão dando um bom testemunho e a

*gente tem certeza que ... né, um encontro com Deus é primordial na vida de um recuperado.*⁶⁴

O senhor Wilton fala hoje como um ex-dependente, alguém recuperado que, inclusive, é funcionário da CEAMI. Mas esses conflitos entre maneiras de viver podem ser percebidos nos discursos de quase todos os internos. O outro entrevistado, Neto, por causa do pouco tempo de internação, evidenciou de maneira muito clara em sua narrativa a dificuldade em conciliar os modos de viver com valores construídos ao longo de sua vida, com os novos ensinamentos, recebidos de maneira tão intensa:

No começo foi muita luta. Luta, luta, luta mesmo. Com os obreiros, com os próprios internos aqui.(...) Eu já sabia que era uma religião... vamos se dizer... evangélica. Porque aqui é uma casa de oração, né? A gente ora pra Deus, Jesus Cristo. Então, pra mim, meio que eu vim ... meio que nas nuvens, sem saber mais ou menos, sem saber onde eu tava pisando. Aí, chegou, parece que ... no primeiro dia já caiu a minha ficha. 'Opa, perai, não é assim....' Aí o que que aconteceu; foi muita luta, os obreiros, graças a Deus, pacientes demais, acho que até isso que tá me ajudando muito aqui. Não digo que to me convertendo, porque acho que cada um crê naquilo que te convém. Ainda acredito nos meus santinhos, na minha nossa Senhora, no meu Espírito Santo, no meu Jesus Cristo, em tudo.

O método utilizado nos estudos bíblicos é tão enfático, a condenação de outras visões religiosas é tão intensa, que acaba gerando nos internos, inicialmente, uma grande perplexidade, gerando uma grande luta interior, por vezes exteriorizada como rebeldia ou obstinação. É nessa fase que acontece o maior número de desistências do tratamento. A narrativa de Neto é reveladora nesse sentido, uma vez que é representativa dos conflitos pelos quais quase todos passam na primeira fase da internação. A resistência natural ao novo é traduzida como rebeldia ou possessão demoníaca, e a doutrinação constante leva o interno a manifestar um necessário sentimento de culpa:

⁶⁴ Fala do senhor Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Concedeu esta entrevista em 03/05/2005.

Porque eu sou uma pessoa meio difícil... de se lidar. Não sei o porquê. Não sei se foi porque eu vim de lugar diferente, meio diferente. Porque ... as vezes eu me acho meio esperto, até demais. Mas não é esperteza. (...) Mas, aos poucos, eu vi que eles não tavam errados. Sim eu, de criticá-los. Por eu não conhecer o que eles pregavam. E, gostei. Estou gostando, porque eu vi que eles não... não falam nada demais da Bíblia, mas sim o que está escrito nela. Porque a minha Bíblia é católica. A deles já é uma Bíblia mais... a minha é mais detalhada, né, numas coisas, a deles não. Aí foi... sempre as palavras batiam.. uma Bíblia com a outra; aí eu falei, 'espera aí, tem alguma coisa de errado; se não é a Bíblia, não é o jeito deles falar. Então o que que é, é o meu modo de pensar. Então espera – aí eu falei – espera um pouquinho Neto, para e pensa, que alguma coisa tá errada contigo.' Aí foi que parei, raciocinei, realmente eu tava dando uma de egoísta, por não tentar acertar... aceitar eles do jeito que eles estavam podendo me ajudar naquela hora. E eu vi que a única porta que me abriu foi essa. Uma evangélica. Então – eu falei – Deus tá em todo lugar; eu acredito muito nisso. Religião é o de menos..... nisto. Então, foi aonde que eu achei que o melhor era crer em Deus, e deixar meus costumes de lado. Que aí os meus costumes, as vezes, iam me atrapalhar aqui dentro, o meu caminho.⁶⁵

A religião, de uma maneira em geral, sempre esteve ligada às práticas caritativas, uma vez que é um dos valores da sociedade burguesa. E não por acaso, haja vista que no processo de dominação implementado pela burguesia industrial, a religião foi um dos principais instrumentos ideológicos. Ao pregar a paz, a subordinação aos poderes constituídos, a religião retira o papel ativo dos sujeitos na construção de seu papel social, configurando a passividade ideal, não reivindicatória, da paz e harmonia social, ideais para a sociedade capitalista. Nesse sentido, a religião funciona como o narcótico poderoso que amortece as vontades, o “ópio do povo”, nas palavras de Marx.

Inicialmente, as práticas caritativas estiveram ligadas à Igreja Católica. Ainda no século XIX, a *Rerum Novarum*, aborda pela primeira vez a problemática social, num momento histórico em que os efeitos da política industrial capitalista se manifestavam de

⁶⁵ Fala de Alfredo Carlos Ribeiro Neto, de 24 anos, natural de Franca – SP, em entrevista concedida em 03/05/2005.

forma perniciosa e alarmante sobre as populações pobres. Conclamando os cristãos a participarem da construção de uma sociedade mais justa, o Papa Leão XIII escreveu:

*Vede, Veneráveis irmãos, por que meios esta questão tão difícil demanda ser tratada e resolvida. Tome cada um a tarefa que lhe pertence, e isto sem demora, para que não suceda que, diferindo-se o remédio, se torne incurável o mal, já de si tão grave. Quanto à Igreja, sua ação jamais faltará por qualquer modo, e será tanto mais fecunda, quanto mais livremente se possa desenvolver.*⁶⁶

Leão XIII está falando num momento em que o liberalismo econômico é o grande condutor da sociedade capitalista burguesa, vigorosamente combatido pelas idéias socialistas de Karl Marx. A conclamação do Papa não é no sentido de mudança social, mas na intenção de minorar as condições críticas da população, de modo a combater a inclinação à aceitação das idéias marxistas. A questão social era pensada em termos de assistência social, combatendo os efeitos funestos gerados pelo sistema capitalista, ao mesmo tempo em que cuidava-se de evitar os levantes sociais; não era pensada em termos de combate às causas. A partir disso, surge no horizonte uma nova profissão, a do Assistente Social profissional, cujos primeiros centros de formação eram ligados à Igreja Católica.

O Serviço Social, como ficou conhecido o novo ramo do conhecimento destinado a formar o Assistente Social, foi estabelecido em resposta ao chamado do Papa na *Rerum Novarum*, tendo como princípio

*uma forma de ação social que, por métodos técnicos apropriados, baseados em dados científicos, quer contribuir para a instauração ou manutenção da ordem social, cristã, favorecendo a criação ou o bom funcionamento dos quadros sociais necessários ou úteis ao homem.*⁶⁷

O teor do documento acima está muito próximo dos princípios gerais norteadores da CEAMI, conforme exposto em seu estatuto. Ambos trabalham com a idéia de

⁶⁶ Leão XIII, *Rerum Novarum*, 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 38.

⁶⁷ Documento da Sessão Internacional de Estudos, da União Católica Internacional de Serviço Social. 1949. pp. 11/12.

transformação, não da sociedade, mas das pessoas. Agindo na perspectiva do comportamento, defendem uma mudança dos costumes, no sentido de adequar o sujeito a fim de que este se torne “útil à sociedade”. E a religião está na base dessa transformação, desse novo nascimento. O homem, era um ser perfeito, harmonicamente constituído em suas características físicas, intelectuais e espirituais. Mas essa condição original só era possível quando o homem estava em contato com Deus, no idílico Éden. Quando afastado de Deus, o homem entra num processo de degradação, com resultados facilmente percebidos nas relações sociais desarmônicas da atualidade. O trabalho do assistente social, tal como foi delineado, era o de devolver ao homem essa condição, através de uma doutrinação ideológica constante que o faz, enfim, perceber sua verdadeira realidade.

*Nesse contexto, o Serviço Social originou-se de um movimento dentro da Igreja. (...) Foi nesse período que a doutrina social da Igreja começou a ser mais divulgada, estudada, conhecida, e foram os cristãos que passaram a buscar respostas aos problemas sociais. (...) O Serviço Social surgiu em um grupo de vanguarda da doutrina social da Igreja, voltando-se para a formação de profissionais para a atuação sobre os problemas sociais que se colocavam na época.*⁶⁸

O depoimento acima é de Helena I. Junqueira, uma pioneira do Serviço Social no Brasil, membro da primeira turma formada em terras nacionais. Seu depoimento corrobora a ligação das práticas assistenciais com a visão de sociedade da Igreja Católica. E ela ainda afirmava, na mesma entrevista: “sim, a captação era buscada nos valores cristãos. Tínhamos uma concepção de homem, uma concepção de mundo baseada na visão cristã”. Se pensarmos que durante muito tempo a formação do Assistente Social esteve a cargo de instituições pertencentes ou ligadas à Igreja, fica fácil entendermos como essa concepção de mundo perpetuou-se dentro das entidades assistenciais.

Com a vinda das igrejas evangélicas para o Brasil, no início do século XX, notadamente a partir dos Estados Unidos da América, mesmo em se tratando de

⁶⁸ JUNQUEIRA, H. I. Revista Serviço Social e Sociedade, edição de novembro de 1982. Citado por Pinto, 1986. p. 41.

denominações de origem européias, a idéia de assistencialismo não se modificou. A concepção de mundo e de homem continuou a ser definida pelos aspectos religiosos, a partir do tripé do equilíbrio espiritual, intelectual e físico. As primeiras entidades religiosas evangélicas também trabalhavam com a idéia de cura espiritual para os problemas sociais. Assim sendo, os efeitos eram levados em conta, não as causas. E a idéia de mudança da sociedade segundo valores de igualdade, justiça social, direitos, eram secundárias ou mesmo interpretadas como conceitos pecaminosos, por sua matriz socialista.

As ações assistenciais no Brasil, que envolviam distribuição de alimentos e roupas, tratamento médico e odontológico gratuitos, tiveram grande repercussão, principalmente entre as populações pobres dos lugares mais afastados dos grandes centros, que na época significava Rio de Janeiro e São Paulo. Todo o Norte e Nordeste do começo do século 20 viu multiplicar-se o número de movimentos religiosos evangélicos, pentecostais ou tradicionalistas, desenvolvendo projetos de assistência financiados por religiosos individuais ou igrejas constituídas principalmente nos Estados Unidos.

Um exemplo de entidade assistencial evangélica desse período é a ASA – Assistência Social Adventista. Criada em 1918, nos Estados Unidos, pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, a ASA promovia a valorização da vida através da distribuição de cestas básicas, mantimentos, cobertores e outros, em áreas afetadas por cataclismos naturais, guerras, ou de baixo desenvolvimento econômico⁶⁹. No Brasil, a atuação da ASA deu-se com maior destaque nas regiões Norte e Nordeste, num tipo de atuação que, mesmo dentro da organização – presente em cerca de 204 países do mundo, atualmente – se tornou referência. Em virtude da geografia singular do Brasil e aproveitando o potencial hidrográfico nacional, a ASA criou o projeto Luzeiro, com lanchas que percorrem os principais rios brasileiros, principalmente o Amazonas, o São Francisco e seus afluentes e, também, as clínicas rodantes, verdadeiros consultórios médicos sobre rodas nas regiões de urbanização mais avançada.

Começando com o missionário Leo Halliwell e sua esposa, que era enfermeira, a bordo da primeira Luzeiro, ainda no início dos anos vinte, os trabalhos da ASA cresceram e

⁶⁹ Conforme Site www.adra.org.br, acessado em 15/03/2005.

deram origem a outras lanchas e a outros serviços oferecidos às populações ribeirinhas esquecidas do poder público, muito antes dos projetos de interiorização do governo federal. Aos primeiros serviços se somaram outros, criados de acordo com as necessidades daquelas populações: atendimento médico ambulatorial e de pequenas cirurgias, tratamento dentário, cursos profissionalizantes voltados sobretudo às mulheres – tricô, crochê, corte e costura, bordados, artes em vidros, panificação, confeitaria. O resultado disso tudo, atestando o papel da entidade como elemento fundamental no processo de crescimento da Igreja à qual está ligada, é que a Igreja Adventista tem nas regiões norte e nordeste, em números absolutos, muito mais membros do que as demais regiões do Brasil, com um crescimento continuado bastante superior à média nacional.⁷⁰.

Em 1984, seguindo o que parece ser um padrão, a ASA foi extinta e em seu lugar foi criada a ADRA – Agência de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – uma Ong, conforme relata o pastor Ricardi, seu representante regional para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O principal objetivo desta entidade, nas palavras do pastor Ricardi⁷¹, é facilitar o recebimento de doações e verbas públicas. Na sede regional da ADRA, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, essa possibilidade é uma realidade. Em parceria com a Petrobrás, que está investindo trezentos mil reais anuais, a ADRA construiu um CADEC – Centro Adventista de Desenvolvimento Comunitário – voltado ao atendimento de crianças carentes, com objetivos de “resgatar a auto-estima nos menores e auxiliar no desenvolvimento sócio-cultural e religioso”. O diretor da ADRA no estado do Rio de Janeiro, pastor Jones Ross, concluiu que “o núcleo era um sonho que nasceu no coração de Deus (...)” e que espera que “outros projetos aconteçam e transformem a vida de centenas de pessoas”⁷², enfatizando a função religiosa por detrás da obra filantrópica.

Indagado a respeito das práticas caritativas com objetivos proselitistas desta Ong, (inclusive condicionando a entrega dos mantimentos após o culto de domingo à noite para

⁷⁰ VINHOTE, Ton. **Maior Associação do Mundo Realiza seu Último Concílio**. In: Revista Adventista. N.º 6, junho de 2005, ano 100. p. 25. De acordo com o artigo, em todo o país a Igreja Adventista tem pouco mais de um milhão de membros. Somente na associação com sede em Manaus, são mais de 140 mil membros.

⁷¹ Algo revelador a respeito da ADRA é que todos os líderes regionais, não apenas no Brasil mas também no mundo, são pastores da Igreja Adventista.

⁷² Revista Adventista n.º 01 de janeiro de 2005, ano 100. p. 27.

aqueles que assistiram o culto, o qual, coincidentemente é denominado de “Culto Evangelístico”), o pastor Valmor Ricardi tergiversou:

*Veja só, nós atendemos a pessoas independente de cor, credo, religião... e não há objetivo de proselitismo, de fazer proselitismo, absolutamente. Porque, nós atendemos as pessoas em suas necessidades. Se a pessoa tem interesse de conhecer o porquê de nós sermos assim, o que nós cremos, é lógico que nós estamos de braços abertos. E como nós somos Adventistas do Sétimo Dia, e o nosso nome diz assim: que nós estamos aguardando o retorno do Senhor Jesus, e nós cremos que todas as pessoas são convidadas para esse reino que ele vai estabelecer, um reino de paz, onde a morte, o sofrimento, a dor, vai acabar, então é nosso dever, é com nosso próprio sangue, convidá-los a que aceitem a Jesus como seu salvador pessoal, se ainda não o fizeram.*⁷³

Cabe lembrar que proselitismo, segundo o próprio dicionário⁷⁴, é a “atividade diligente em fazer prosélitos”, que por sua vez é um substantivo que designa o “indivíduo convertido a uma doutrina, idéia ou sistema”⁷⁵. No Brasil, o fim da união entre religião e Estado, oficialmente rompida com a Constituição Republicana de 1891, marcou o crescimento das religiões de origem protestante e evangélica, marcadamente após 1909, ano da chegada dos movimentos pentecostais ao Brasil. Mas essas datas não marcam o início do proselitismo no país, se levarmos em conta que isso tem ocorrido desde a ação de religiosos católicos entre os indígenas, a partir de meados do século dezesseis.

Num país de esmagadora maioria católica, a maneira como essas novas denominações encontraram para crescer, foi fazendo proselitismo, buscando novos membros entre a população católica. Distribuição de literatura, criação de escolas e hospitais, desenvolvimento de ações assistenciais esparsas, visitas de casa em casa tentando atrair a atenção da população, sobretudo a rural, para suas doutrinas. Grandes esforços foram empreendidos para conquistar novas ‘almas’, sendo recorrente a utilização da

⁷³ Entrevista realizada em 01/02/2004, com o pastor Valmor Ricardi, Líder da ADRA para a região sudeste – menos São Paulo.

⁷⁴ Utilizei-me da edição 2004 do Minidicionário Aurélio. Nova Fronteira: SP. 2004. Verbetes: Proselitismo.

⁷⁵ Idem, verbete: Prosélito.

metodologia de combate ferrenho da doutrina católica frente a uma interpretação literal, ou aproximadamente literal da Bíblia.

Tanto a motivação para esse tipo de trabalho, quanto a metodologia a ser aplicada podem ser encontradas na própria Bíblia. No primeiro caso, em especial no evangelho de São Mateus⁷⁶, onde se lê: “portanto ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”. Quanto à metodologia, o apóstolo Paulo ensina:

*E fiz-me como judeu para os judeus, para ganhar os judeus: para os que estão debaixo da lei, como se estivesse debaixo da lei, para ganhar os que estão debaixo da lei. Para os que estão sem lei, como se estivesse sem lei (não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo), para ganhar os que estão sem lei. Fiz-me como fraco para os fracos, para ganhar os fracos. Fiz-me tudo para todos, para que por todos os meios alguns chegassem a salvar alguns.*⁷⁷

Portanto, podemos entender as ações assistenciais como parte do processo de evangelização, notadamente como meio de quebrar resistências e permitir uma aproximação maior que crie condições para que o objetivo principal, o proselitismo, a conversão do indivíduo, se realize. Embora as lideranças das entidades neguem o papel de agentes privilegiados dentro de um programa maior de conquista de fiéis, o fato é que verdadeiramente o são. Assim, a religião torna-se instrumento ideológico fundado em valores e crenças próprias, lançando mão de todos os meios a seu dispor, conscientes ou não, válidos em razão da legitimidade da sua missão para “salvar alguns”, como afirmou o apóstolo mencionado.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o crescimento das Ong's assistenciais confessionais representou um golpe para os movimentos sociais tradicionais. Na medida em que coloca a condição social do homem em termos espirituais, retira a possibilidade da luta por mudanças sociais. Ou seja, para essa perspectiva de intervenção não existem problemas sociais no sentido de dominação de uma classe sobre outra. Os problemas são tratados na esfera individual e compreendidos como de natureza espiritual. Quando resolvido este

⁷⁶ São Mateus, capítulo 28, verso 19.

problema, o homem está apto a retomar o convívio social. Quanto mais homens passarem pelo processo do ‘novo nascimento’, mais a possibilidade de harmonia social se tornará realidade.

A partir dessa perspectiva, os dois entrevistados anteriormente citados nesta pesquisa, Wilton e Neto, precisavam procurar a restauração espiritual como forma de superarem a dependência química, que nada mais era do que reflexos de uma vida de pecado. Ambos precisavam buscar a ajuda necessária para a transformação de suas vidas.

Após perceberem a necessidade do tratamento, cada um deles chegou à CEAMI de uma maneira diferente, sendo que, para ambos, a entidade não foi a primeira opção. É importante notar que o sucesso no tratamento de dependentes, seja de drogas químicas, seja de álcool, geralmente não é muito grande. Na última cerimônia de diplomação⁷⁸ daqueles que conseguiram permanecer na instituição durante o período prescrito, que é de oito meses, o presidente da instituição, senhor Onézimo Junqueira, citou uma estatística com dados da própria instituição, recolhidos ao longo de seis anos, tempo de existência da entidade. Segundo ele, apenas quarenta (40) por cento dos internos conseguem chegar ao fim do tratamento. Destes, a metade apenas consegue ficar mais de um ano sem retornar ao vício, tendo chances reais de permanecer curados. Ou seja, apenas vinte (20) por cento do total conseguem a recuperação, após ingressarem na CEAMI. Os fatores, ainda de acordo com o senhor Onézimo, que determinam esse aparente insucesso são vários, desde a falta de adaptação à rotina do lugar, a não aceitação dos métodos de trabalho, problemas de relacionamento com outros internos ou coordenadores, crises de abstinência, entre outros.

Tanto o senhor Wilton quanto Neto chegaram a buscar outras casas de recuperação, onde não se adaptaram. Falando a respeito da maneira como conheceu a entidade, o senhor Wilton admitiu que havia tentado uma outra casa de recuperação antes, “lá pros lados de Goiás”, sem especificar que casa seria essa. Não se adaptou, até que conheceu a CEAMI.

Mas, a misericórdia do Senhor tem me alcançado, como me alcançou, né, no mês de, de dezembro, de 2003, né, tive..... a glória di, de conhecer um irmão que, que

⁷⁷ I Coríntios, capítulo 09, versos 20 a 22.

⁷⁸ Realizada no domingo, 1º de maio de 2005, na sede da CEAMI.

*veio me falar dessa ... dessa obra abençoada aqui que é a CEAMI, Comunidade Evangélica de Apoio Missionário,*⁷⁹

Com relação à adaptação em outra entidade, e já demonstrando os primeiros sinais de aceitação dos métodos empregados pela CEAMI como ideais para o processo de recuperação, Neto, que nas palavras dos coordenadores “é muito rebelde, discutindo a respeito de tudo, questionando a ‘Palavra de Deus’ e as ordens dos monitores” narra:

*Aí foi aonde eu fui pra um centro de recuperação em Franca, que é minha cidade, chamado NAREVE. Só que eu fiquei só apenas 20 dias nele. É, 20 dias. Não me adaptei..... com o lugar, muita solidão, muita tristeza. Não tinha Deus, não sentia tanto Deus como eu tô sentindo aqui, a presença dele, de Jesus Cristo com a gente, aquela.... um espírito bom. Não sentia isso lá como eu tô sentindo aqui. Aí foi aonde eu voltei pra rua, fiquei 30 dias na rua de novo até conhecer aqui né, CEAMI, que é um primo meu que mora aqui em Uberlândia que apresentou.*⁸⁰

Um dos pontos altos do tratamento na CEAMI é a “Terapia Ocupacional”. Ela consiste em algumas horas de trabalho por dia, pela manhã e à tarde, nos intervalos dos estudos bíblicos. De acordo com os coordenadores da entidade, o trabalho é importante na reabilitação do dependente porque o mantém ocupado física e mentalmente, não deixando espaço para que ele se lembre das drogas. Na CEAMI, a terapia consiste em realizar trabalhos de seleção, embalagem e expedição de produtos da JUNCO, empresa mantenedora da Ong. Todas as semanas, caminhões buscam o material já pronto e deixam mais matéria-prima para a continuidade dos trabalhos. A matéria-prima vem a ser produtos para festa, talheres de plástico, velas de aniversário, copos de papel ou plástico, guardanapos, etc.. Na entidade há uma verdadeira linha de produção, embalagem e expedição de produtos, uma autêntica filial da indústria patrocinadora da Ong. Alguns internos contam e separam os produtos; outros embalam os produtos já separados; outros imprimem os rótulos em cada embalagem, enquanto aos monitores cabe a conferência final

⁷⁹ Fala do senhor Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Concedeu esta entrevista em 03/05/2005.

⁸⁰ Fala de Alfredo Carlos Ribeiro Neto, de 24 anos, natural de Franca – SP, em entrevista concedida em 03/05/2005.

e a certificação de qualidade do trabalho feito. Há uma grande mesa onde a primeira parte do trabalho é feita. Existe inclusive uma máquina embaladora com soldagem para plástico e outra máquina que faz e cola os rótulos em cada embalagem já pronta.

A Terapia Ocupacional, dentro do cronograma da Ong dura quatro horas por dia, de segunda a sábado. Os internos nada recebem por esse trabalho. O programa de trabalho diário é parte do tratamento e também uma maneira, conforme informação dos coordenadores, de retribuir à empresa mantenedora parte das despesas gastas com a manutenção da entidade.

Analisando o estatuto da Ong⁸¹, lemos o seguinte: “Todos os serviços prestados no atendimento à comunidade local e nacional são **inteiramente gratuitos**⁸², em regime de semi-liberdade e internação”. Na prática, como podemos perceber, não é o que acontece. Sob a aparentemente inocente idéia do trabalho como parte da recuperação de viciados, esconde-se uma questão problemática. A moralidade e ética do trabalho não-remunerado, imposto por uma indústria a pessoas que, numa relação de subordinação e dependência, não têm alternativas a não ser realizar o trabalho, já que está em jogo a própria recuperação que representaria, em tese, uma vida melhor, mais saudável, liberta das amarras do vício. Vivenciando essa esperança futura, cada interno submete-se então a esse tipo de exploração como parte da rotina necessária na criação de novos hábitos de vida, condição imprescindível para vencer o vício.

O interessante disso tudo é que para os próprios interessados, esse tipo de trabalho como parte da recuperação é encarado de maneira natural. Para Neto, o tipo de trabalho realizado durante as horas de terapia foi motivo de estranhamento apenas pelo fato de ser um trabalho leve e de reunir muitos internos ao mesmo tempo. Comparando essa rotina com a da outra casa de recuperação onde já havia estado, esta lhe pareceu excessivamente leve. Segundo ele, lá

⁸¹ Artigo 2º, parágrafo único.

⁸² Grifo nosso.

Você acordava às 6 horas também. Orava o terço, tomava seu café da manhã e capinava... enxada mesmo, era capinar cana, capinar pomar. Capinar café, varrer pomar, entendeu? Aqui eu cheguei e peguei uma coisa meio que diferente.... aí foi empacotar garfinho é empacotar... éé... convitinho de chá de bebê, di aniversário. Achei meio que estranho isso.

Neto não concordava com o tipo de trabalho desenvolvido na Ong como parte da Terapia Ocupacional, esta uma das razões de ser chamado de “rebelde” pelos coordenadores. Os motivos, segundo ele: em primeiro lugar, não via como essencial privar o tempo todo da companhia dos outros internos como parte integrante do tratamento. “Falei: ‘peraí, muita gente reunida ao mesmo tempo, conversando, trabalhando...’ taí que achei meio estranho. Não consegui me adaptar a esse ritmo de muita gente junta, porque a recuperação é individual, para a pessoa, não é em grupo.”⁸³ Em segundo lugar, preferia um tipo de trabalho mais duro, que o ocupasse mais, mente e corpo, de modo a tornar mais rápido o tempo na casa e que lhe impedisse de pensar nas drogas e na saudade da família; e também como uma espécie de auto-flagelação, uma penitência – herança de sua formação católica – essencial para o processo de recuperação, das drogas e da auto-estima. Por isso questionava os coordenadores e, em suas palavras, rezava.

sempre pedindo a Deus pra mim tirar melhorar, sabe, deixar eu.... trabalhar mais, esforçar mais meu corpo pra mim ocupar mais minha mente. E Deus abriu.. graças a Deus as portas pra mim, por eu estar aqui 20 dias, ganhei uma função aqui na casa, que tem gente aqui a 6 meses as vezes e nem interessa, que é fazer uma horta, cuida das plantas. Que é o que eu estou fazendo agora, até agora estava trabalhando, quando você me chamou pra conversar tava trabalhando, fazendo buraco na enxada, no enxadão.(...) Suando mesmo, porque eu acho assim eu vou aprender a dar valor no que meu pai me ensinou, nos bons costumes, no que é correto e não sair daqui com o corpo mole, com a cabeça meio que vazia, com medo de chegar na rua e não resistir, mas sim saber que vou sair daqui um vencedor.

⁸³ Fala de Alfredo Carlos Ribeiro Neto, de 24 anos, natural de Franca – SP, em entrevista concedida em 3/05/2005.

Em relação ao senhor Wilton, durante seu depoimento ele chegou a mencionar a relação da Ong com sua mantenedora, quando perguntado a respeito da iniciação profissional e o encaminhamento ao trabalho, mencionados no Estatuto da CEAMI, como parte das funções da entidade. Sobre a possível existência de convênios ou parcerias com empresas, da cidade ou de fora, que permitissem à entidade encaminhar esses internos ao fim do tratamento, a resposta foi a seguinte:

Não é assim praticamente um convênio né... a gente tem uma empresa que vem... que dá uma.. uma ajuda pra obra, assim né. Que ééé... a JUNCO – Indústria e Comércio – que é uma empresa o qual, né, os alunos aqui nós temos uma Terapia Ocupacional, ao qual essa obra oferta né, um valor, uma quantidade de valor mensal, de ajuda de custo pra obra, né. Ajuda nas despesas, pagamento de energia, de água, né.. alimentação e... somente né, essa, essa empresa mesmo que tem colaborado – a gente chama de colaborador – que tem colaborado com a obra. E as vezes emprega também algum aluno, né, alguns alunos que têm dado um bom testemunho, né; vários alunos têm conseguido, éé... um emprego lá nessa empresa.⁸⁴

Em sua narrativa, a mantenedora passa a ser colaboradora; o trabalho não remunerado dos internos passa a ser a condição para que a colaboração – ajuda nas despesas, emprego aos recuperados – aconteça. É certo que no Estatuto da entidade não há nada que ligue diretamente a CEAMI à empresa Junco. Não há nenhum tipo de acordo formal que estabeleça a responsabilidade de manutenção continuada indefinidamente. Que foi uma iniciativa da empresa, idealizada, nas palavras de um dos diretores da empresa e concomitantemente membro da diretoria da Ong, “pelo fato de perceberem ser responsabilidade deles dividir com a comunidade parte do sucesso material com o qual Deus lhes havia beneficiado”. Também não parece ser levado em conta pelo ex-interno e atual coordenador, o senhor Wilton, que as despesas decorrentes com a manutenção de atividades assistenciais são dedutíveis integralmente do imposto de renda pessoa jurídica,

⁸⁴ Fala do senhor Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Concedeu esta entrevista em 03/05/2005.

não representando assim nenhum peso real para a empresa. O estatuto da entidade trata assim a manutenção:

*A instituição será mantida através de recursos próprios, campanhas, promoção de eventos sociais, ofertas, contribuições, subvenções e qualquer outras formas de doações de pessoas físicas e jurídicas, do Governo Municipal, Estadual ou Federal.*⁸⁵

A CEAMI não recebe subvenções públicas. Desde 2001, uma das metas da diretoria da Ong é adequar-se às regras que legislam a respeito de subvenções no âmbito do município, para que possam receber financiamento público. Nesse esforço, já conseguiram colocar todos os documentos em dia, e em 20/06/2001, em projeto apresentado pela vereadora Liza Prado, a CEAMI foi reconhecida como de Utilidade Pública pela Câmara Municipal de Uberlândia, sob a lei nº 7793, passo necessário para pleitear as subvenções. Porém, na listagem de entidades beneficiadas para o ano de 2005, a CEAMI ainda não consta. A manutenção da entidade segue a cargo da empresa fundadora, a Junco, já que o estatuto deixa claro que nenhum tipo de serviço prestado pela entidade tem qualquer ônus para a comunidade ou assistidos.

No entanto, uma situação vivenciada durante a pesquisa na sede da instituição levamos a questionar a distância entre o discurso – representado pelo Estatuto da entidade – e a prática. Durante toda a pesquisa, nos contatos estabelecidos entre o pesquisador e a equipe da entidade, diretores, coordenadores e monitores, a gratuidade do tratamento tal como descrito no Estatuto ficou evidenciada. Porém, no escritório da entidade, o telefone tocou e na linha estava alguém pedindo informações a respeito do tratamento. A certa altura do diálogo, o atendente referiu-se às despesas que a entidade tinha com os internos e, por isso, usualmente cobrava-se R\$150,00 no ato da internação, mais R\$50,00 mensais durante todo o tempo do tratamento, o que levava em média oito meses. Há que se levar em conta que a manutenção de uma entidade desse porte, capaz de manter em média trinta e seis homens

⁸⁵ Estatuto de Fundação da CEAMI, registrado no Cartório de Títulos e Documentos, microfilme 105547. Capítulo I, da Manutenção, artigo 1º.

constantemente, é extremamente dispendiosa. A diferença entre discurso e prática fica evidenciada por esse episódio.

Em relação ao final da narrativa do senhor Wilton citada anteriormente, e que se constitui em verdade numa resposta à questão formulada pelo pesquisador – o encaminhamento ao trabalho – uma série de reflexões podem ser feitas. O cerne do problema da recuperação permanente consiste em abster-se ou não do uso posterior de drogas ou álcool. Uma possível recaída nunca está longe do universo dos viciados em recuperação, portanto, uma recuperação de sucesso consiste também em vislumbrar – e antecipar – as reais possibilidades de contato posterior com drogas e traçar uma estratégia para evitá-las. Retornar ao convívio social, muitas vezes significa retomar o contato com antigos laços afetivos de indução às drogas. Se contarmos o fato de que o uso sistemático das drogas, na maioria dos casos, significa o abandono do mercado de trabalho, mais importante se torna buscar alternativas, entidade e família unidas, para que a recuperação se consolide a longo prazo em cura completa do vício.

Como já vimos, a CEAMI não trabalha com a ênfase na dependência, mas no estilo de vida. Para a entidade, um estilo de vida desconectado da religião é o fator preponderante que leva a pessoa a buscar nas drogas auxílio emocional e psíquico. Um novo estilo de vida, ancorado na religião, o “novo nascimento”, ao qual se refere o senhor Wilton, possibilitará ao dependente a libertação final das amarras das drogas.

A partir desse ponto de vista, a entidade desenvolveu um método próprio para auxiliar o ex-dependente e sua família na trajetória da cura. Conhecido como CEAMI Apoio, o projeto constitui-se de reuniões periódicas com o interno e sua família, ainda durante a fase de tratamento, todas as terças e quintas. Além do conteúdo espiritual – culto, leitura da Bíblia e oração – algumas assistentes sociais e psicólogos dão suporte emocional à família do interno, partindo do pressuposto de que um problema de dependência é também uma doença e que afeta a toda a família do dependente. Todas as quartas-feiras, palestras com autoridades médicas, psicólogos e empresários são oferecidas nas dependências da CEAMI, voltadas ao dependente e à família, sobre temas relacionados à

recuperação, trabalho e vida familiar. Finalmente, no primeiro domingo de cada mês, é realizada uma reunião geral, junto com familiares, igreja, comunidade e os internos. Trata-se de fato de uma grande festa, já que aos internos é vedada a saída da entidade durante os primeiros meses da recuperação.

Neste dia eles podem, enfim, matar a saudade de familiares, esposas, filhos, pais, amigos. Muitos ex-internos comparecem, fortalecendo os laços com a entidade e dando notícias do processo de recuperação. Nesta ocasião são feitos muitos testemunhos, como são chamados os depoimentos de ex-internos que nessas reuniões relatam o dia-a-dia fora da CEAMI. No depoimento do senhor Wilton, podemos perceber a importância desses testemunhos como ferramenta motivadora para a recuperação dos que ainda estão internados. Falando de sua própria experiência, ele ficou visivelmente emocionado ao relatar uma história bastante recente, acontecida menos de uma semana antes da entrevista.

O nosso testemunho né, da vida velha, com essa vida nova, éé.. isso aí tem afetado bastante, né, emocionalmente os alunos né. Eu fiquei muito feliz inclusive, domingo né (01/05/05), no momento em que a gente foi entregar o diploma prum aluno, ééé.... um outro aluno prestou bem atenção, diz que ficou imaginando na cabeça dele ali, né, pensou: 'pô, o cara era um... igual eu; era um (...) um viciado. E hoje taí, um homem de Deus, entregando um diploma né, e ajudando na obra do Senhor e – ele pensou – eu acho que o cara é o cara mais feliz do mundo mesmo.' A gente, realmente a gente passa muitas vezes esse testemunho da gente né, pros alunos que tão chegando na obra. E como eu também ouvi vários testemunhos, né, principalmente testemunhos dos obreiros também. Éééé..... também, o mesmo sentido, e ajudou bastante.⁸⁶

Em relação ao fato de que nessas reuniões gerais a liderança da entidade, a diretoria, os coordenadores e os monitores, podem acompanhar, através de depoimentos ou testemunhos o dia-a-dia de quem já saiu da instituição, as boas experiências servem também como estímulo para quem trabalha na instituição, na certeza de que, apesar do

⁸⁶ Fala do senhor Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Concedeu esta entrevista em 03/05/2005.

relativamente baixo índice de recuperação real, seu trabalho está fazendo a diferença de alguma forma.

É, a gente tem acompanhado aí alunos que tão acompanhado a reunião com psicólogo e a gente tem visto que.. mudanças mesmo, realmente agora, após esse tratamento, né... que tão havendo mesmo mudança de vida. É que alguns alunos terminam o tempo com 8 meses, e depois começa a freqüentar as reuniões, né, com psicólogos, com os assistentes sociais e a gente vê que essa mudança tá vindo por completo na vida deles.

O acompanhamento serve também para medir a eficiência do tratamento, permitindo chegar a conclusões muito particulares como a do senhor Wilton, quando afirma que apenas aqueles que experimentaram o “novo nascimento” dando um bom testemunho e a gente tem certeza que ... né, um encontro com Deus é primordial na vida de um recuperado”. Aqueles que não tiveram a ventura da experiência do novo nascimento, infelizmente estão experimentando “muitas dificuldades pra conviver com, com o mundo lá fora”.

Feitas as contas, percebe-se que o novo nascimento é um excelente negócio. Tanto durante o tratamento quanto após o término dele. Neto, na parte de sua narrativa já citada, percebendo que seus conflitos e discussões a respeito de religião dentro da entidade poderiam representar ameaça aos seus planos de tratamento, decide que “Religião é o de menos..... nisto. Então, foi aonde que eu achei que o melhor era crer em Deus, e deixar meus costumes de lado. Que aí os meus costumes, as vezes, iam me atrapalhar aqui dentro, o meu caminho”.⁸⁷ De onde especula-se até que ponto a mudança de vida do ponto de vista estritamente religioso é verdadeira ou uma acomodação que torna mais fácil adaptar-se à nova realidade.

Após o tratamento, o novo nascimento é ainda mais importante. Não basta a recuperação pura e simples. Deve-se demonstrá-la na prática, e prática corresponde à

⁸⁷ Fala de Alfredo Carlos Ribeiro Neto, de 24 anos, natural de Franca – SP, em entrevista concedida em 3/05/2005.

aceitação e a vivência dos regulamentos e normas religiosas determinadas pela Igreja a qual pertencem os diretores da entidade. Em relação ao retorno do ex-dependente à sociedade e a preocupação da entidade, o senhor Wilton narra:

Bom, realmente a preocupação da, da CEAMI é muito grande quando... quanto à volta do aluno, voltar pra reintegrar à sociedade. A obra tem oferecido aí... é, dentro das condições da obra, um trabalho, né, um trabalho honesto, para o aluno continuar... o ritmo de vida dele né, que aqui dentro ele... adquirir uma certa responsabilidade, então esse emprego lá fora vai dar continuidade né, na seqüência da vida dele aqui dentro. Que ele teve aqui dentro. E, também, uma casa, uma moradia, móveis, o que tá dentro das condições da obra, a obra tem feito sim, né, para vários alunos o qual tem recebido o diploma aí e que tá saindo.

Aparentemente uma preocupação e cuidado genuínos que devem ser louvados como exemplo de preocupação social. A entidade recupera o dependente e devolve-o à sociedade, fornecendo os recursos necessários para que a volta seja o menos traumática possível. Mas há um senão que merece destaque. O trabalho referido pelo depoente é na empresa mantenedora da Ong, que “as vezes emprega também algum aluno, né, alguns alunos que têm dado um bom testemunho, né; vários alunos têm conseguido, éé... um emprego lá nessa empresa”, conforme depoimento já citado anteriormente neste capítulo. Se ele não conseguir permanecer fiel aos princípios aprendidos durante o período de internação, se o novo nascimento não se concretizar de fato, ele terá dificuldade para obter o prêmio esperado, já que a indústria

É, com certeza né, é uma empresa muito... séria né. Também... tem..... é uma empresa rigorosa quanto ... ao comportamento, né, do funcionário. Então a pessoa tem que tá né, como se diz, dando um bom testemunho lá dentro, sendo uma pessoa muito responsável.⁸⁸

⁸⁸ Fala do senhor Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Concedeu esta entrevista em 03/05/2005.

As demonstrações exteriores do novo nascimento devem ser genuínas, uma vez que são fatores eliminatórios no ato da contratação do ex-dependente. E as reuniões periódicas também servem como forma de controle do indivíduo. Como aferição se o mesmo está dando “bom testemunho”, ou seja, demonstrando, através de seus relatos, que além de livrar-se da dependência está conseguindo viver uma vida nova, com os novos valores espirituais aprendidos durante o tempo de internação. Há uma preocupação natural em acompanhar o interno na vida posterior à internação. O sucesso do tratamento depende disso, e pelas estatísticas da própria instituição, se a margem de recuperação é relativamente pequena, seria ainda menor sem o acompanhamento posterior.

A grande questão envolvida é contabilizar como parte do sucesso do tratamento a aceitação de uma nova religião, o que transforma o trabalho de recuperação em doutrinação religiosa e a sua finalidade o proselitismo religioso. Por mais que uma mudança de atitude seja essencial, que novos valores sociais e éticos sejam imprescindíveis na readaptação de um ex-dependente à sociedade que não tem pudor em julgar uma dependência química – reconhecida hoje como doença – como deficiência de caráter ou falta de moral, transformar isso em assunto de fundo religioso, aproveitando a relação de subordinação e dependência que a internação produz, é no mínimo questionável. Principalmente porque não é dada ao interno a possibilidade de escolha. Durante o tempo de internação – oito meses – tudo o que ele aprende é que aquele é o caminho certo, aquela interpretação religiosa é a mais adequada. Uma doutrinação minuciosa e constante.

As narrativas dos sujeitos estão carregadas de simbolismos, construídos e interpretados em função dos novos valores introjetados durante o período de internação na instituição. Os depoimentos contêm aspectos temporais claramente demarcados, o antes e o depois. O antes remete a uma outra existência, pontuada pelo pecado, representada pela dependência das drogas. O depois remete ao agora, ao momento da libertação, à recusa de vivenciar o estilo de vida anterior. A representação desse agora é o novo nascimento, vivenciado na prática em mudança de atitude, mudança de valores, mudança de estilos de vida.

A CEAMI tem quase seis anos de atuação em Uberlândia, desde sua inauguração, em 1999. Em média, passaram na instituição mais de sessenta pessoas por ano, com dependências as mais variadas, sendo que a maconha e o álcool são as drogas mais recorrentes. A média de idade dos internos é inferior aos trinta anos, a grande maioria na faixa dos vinte anos. Atualmente, o mais jovem tem quatorze anos, enquanto o mais velho tem mais de sessenta e cinco. Na maioria dos casos, os mais jovens são encaminhados pela família, enquanto que os de idade mais avançada ingressam na casa espontaneamente. Como já afirmamos, o êxito nas recuperações é relativamente baixo, não ultrapassando mais de 20% das internações, conforme estatísticas da própria instituição.

Hoje a CEAMI está se expandindo, desenvolvendo projetos em outros países, particularmente no leste europeu e no continente africano. É o projeto CEAMI Missão. Homens de negócios, membros da Igreja Casa de Oração, uniram-se à família que idealizou a instituição original, envidando esforços no sentido de enviar missionários que utilizem como método evangelístico a experiência adquirida na entidade pioneira. Ou seja, faz-se, agora, o caminho inverso daquele percorrido acerca de cem anos atrás, quando o Brasil recebia as entidades e os métodos de transformação do indivíduo, ao mesmo tempo em que mantinha o *status quo* e garantia a dominação da sociedade liberal burguesa sujeitando ideologicamente os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as Organizações Não Governamentais a partir do ponto de vista de agentes implementadores das políticas estatais não é uma posição unânime entre os pesquisadores. A Associação Brasileira de Ong's, por exemplo, contesta esse tipo de análise, por entender tratar-se de uma análise “do ponto de vista neoliberal”⁸⁹, que não leva em conta a capacidade de organização da sociedade civil. De acordo com a entidade representativa das Ong's, há que se fazer uma distinção entre as entidades que realmente estão atreladas aos projetos governamentais e aquelas que seriam legítimas representantes das demandas sociais.

No entanto, nossa pesquisa nos leva a concluir que, pelo menos no caso de Uberlândia, se existem Ong's que são representantes legítimas da sociedade, são ao mesmo tempo instrumentos do poder público, na medida em que recebem subvenções estatais e têm seus projetos voltados exatamente para as áreas em que o estado é omissor (ou quase), como a área social. As entidades desse segmento são maioria entre as que recebem subvenção do município de Uberlândia, a maioria ligada a movimentos religiosos, como é o caso da CEAMI e da ADRA (estas não recebem subvenção), entidades que atuam em Uberlândia e das quais tratou o capítulo dois desta Monografia.

Além do mais, no decorrer desta pesquisa, as evidências somente fizeram fortalecer a convicção de que fazer essa diferenciação entre o que é ser ou não ser Ong é mais complicado do que parece, uma vez que, por ser um termo relativamente novo – em sua aplicação, pelo menos – não há um consenso entre os pesquisadores. Não ser governo, ou seja, localizar-se na esfera do privado, parece ser o elemento fundamental ao se fazer essa diferenciação. Foi partindo desse princípio que essa pesquisa se estruturou.

É importante ressaltar que essa pesquisa não teve a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise no que diz respeito ao estudo das ONG's no município de Uberlândia. Muito pelo contrário, no decorrer da mesma, muitas inquietações do pesquisador ainda perduraram, evidenciando a necessidade de dar continuidade e aprofundar os estudos dessa temática. Até porque, em se tratando de um tema tão atual, o

⁸⁹ www.abong.org.br, acessado em 19/06/2005.

mesmo apresenta desdobramentos quase que diários, permitindo ao pesquisador uma série de possibilidades ainda mal esboçadas.

Dentre os muitos assuntos que merecem uma atenção especial num novo estudo, chama atenção o fato de que desde o começo deste novo século, a mídia em geral tem feito um acompanhamento das Ong's, particularmente em sua relação com o poder público e em projetos políticos de partidos ou indivíduos, como pode ser percebido a partir das fontes jornalísticas citadas no final do trabalho. Além disso, no papel auto-investido de fiscais da sociedade, a mídia têm dado grande repercussão à aplicação dos recursos cada vez maiores de que dispõem as entidades. Outra área importante que tem recebido destaque é quanto ao novo papel das entidades não governamentais no mercado de trabalho e na criação de novas profissões. Num momento em que uma das grandes preocupações da sociedade é quanto à diminuição progressiva do trabalho formal e da necessidade do desenvolvimento de novas competências que possibilitem a inserção num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, as Ong's surgem como alternativa interessante, não apenas para aqueles que estão em início de carreira, mas também para profissionais experientes, já que, cada vez mais, as possibilidades de ascensão profissional e salarial são uma realidade⁹⁰. Estes são apenas alguns caminhos que poderiam servir como orientação na continuidade das pesquisas sobre o objeto.

O mais importante é não esquecer que apenas o olhar atento para a realidade que nos cerca pode fazer com que avancemos cada vez mais rumo a um tipo de sociedade mais justa, que possibilite mais oportunidades. É nesse sentido que ousamos afirmar a importância deste trabalho, na medida em que vem contribuir com a discussão e a reflexão do tipo de sociedade que queremos, uma sociedade em que os direitos sociais sejam, não

⁹⁰ Segundo o Jornal **Folha de São Paulo**, de 14/06/2005, a entidade que está organizando o Pan de 2007, ligada ao COB, paga salários que vão de mil reais (estagiários), até o topo de vinte e seis mil reais (para o secretário geral executivo).

apenas garantidos por lei, mas uma conquista efetiva e prática, evidenciada no dia-a-dia, na realidade social. A partir desse tipo de sociedade, as ações isoladas, pontuais, motivadas por políticas focalizadas e emergenciais, típicas das Organizações Não Governamentais, cederão lugar aos projetos sociais lastreados na vontade coletiva, na construção política permanente.

FONTES

Orais:

- Alfredo Carlos Ribeiro Neto, de 24 anos, solteiro, 01 filha, natural de Franca – SP, dependente químico em tratamento na CEAMI (na data da entrevista estava na entidade à 20 dias). Depoimento concedido em 03/05/2005. Com material gravado.
- Jandira Tavares, idade estimada de 70 anos. Líder da ADRA em Uberlândia. Depoimento em 26/04/2004. Sem material gravado.
- Valmor Ricardi, 53 anos, pastor. Líder da ADRA para a região sudeste – menos São Paulo. Depoimento concedido em 01/02/2004. Com material gravado.
- Wilton Antônio Teixeira, 37 anos, casado, 2 filhos, natural de Ituiutaba. Monitor na CEAMI e ex-dependente químico. depoimento concedido em 03/05/2005. Com material gravado.

Jornais:

- Estado de São Paulo. **Fonte de 55% das Ong's: Dinheiro Público.** 29/08/2004.
- Jornal Correio, caderno de Política. **União quer controlar trabalho de Ong's.** 20/06/2004.
- Jornal Correio, caderno de Política. **Ong's crescem e passam a ser alvo de investigação.** 29/08/2004.
- Jornal Correio, caderno de Política. **Subvenções vão consumir R\$ 9,6 milhões em 2005.** 17/12/2004.
- Jornal Correio, coluna Confidencial. **Dinheiro Garantido.** 19/05/05.
- Folha de São Paulo online, caderno FolhaBrasil. **Apocalípticos e Integrados – entrevista com Paulo Arantes.** 18/07/2004.
- Folha de São Paulo, caderno de Esportes. de 14/06/2005.
- Diário Oficial do Município de Uberlândia. **Lei n.º 8794 de 19 de agosto de 2004.** 23/08/2004.

Arquivos:

- Agência de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA.
- Câmara Municipal de Uberlândia.
- Cartório de Registro de Títulos, Documentos & Pessoas Jurídicas.
- Centro de Documentação e Pesquisa em História – CEDHIS.
- Comunidade Evangélica de Apoio Missionário – CEAMI.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Revistas:

- Revista Adventista, seção de Notícias, p. 27. **Petrobrás patrocina projeto da ARJS.** N.º 01, de janeiro de 2005, ano 100.
- Revista Adventista, seção de Notícias, p. 25. **Maior Associação do Mundo Realiza seu Último Concílio.** N.º 6, de junho de 2005, ano 100.
- Revista Serviço Social e Sociedade entrevista com Helena Iracy Junqueira., edição de novembro de 1982.
- Revista Veja. **Na Mira de Todos: ONG petista enfrenta batelada de investigações e pode até fechar.** Edição 1856 de 02/06/2004.

Outras:

- Informativo do Grupontapé de Teatro. **Bilheteria de O Santo e a Porca é Revertida para ONG Ação Moradia.** N.º 08, ano 06, abril de 2004.
- DVD promocional da ADRA. **Mutirão de Natal.** Dezembro de 2004.

Sites:

- www.adra.org.br.
- www.ueb.org.br.
- www.abong.org.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio de. **Os Trabalhadores e Seus Espaços: Cultura, Experiência e Cotidiano nos Estudos Históricos Sobre Identidade Coletiva**. In: Política, Cultura e Movimentos Sociais: Contemporaneidades Historiográficas. MACHADO, M. C. T. e PATRIOTA, Rosângela (org.) Uberlândia: Edufu, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Cultura e Trabalho: Os Círculos Operários Católicos Entre as Práticas de Assistência e Controle**. In: História & Historiografia. MACHADO, M.C. T. e PATRIOTA, Rosângela (org.).. Uberlândia: Edufu, 2003.

ABRANCHES, Sérgio. **Política Social e Combate à Pobreza**. São Paulo: Zahar, 1987.

BASSEGIO, Luiz. **Migrantes: Êxodo Forçado**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.

CARDOSO, F. H. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Zahar, 1973.

CARVALHO, N. V. de. **Autogestão: O Nascimento das Ong's**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COUTO, Ana Mágnia Silva. **Os Catadores de Papel, Práticas e Intervenções na Cidade> Uberlândia, 1970/1997**. Monografia de Conclusão de Curso, UFU. 1997.

CUPERTINO, Fausto. **A Distribuição de Renda no Brasil: O Bolo Está Mal Repartido**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIA, Vilmar Evangelista. **Brasil: Compatibilidade Entre a Estabilização e o Resgate da Dívida Social**. In: Cadernos Adenauer I. Pobreza e Política Social. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário Aurélio**. São Paulo: Nova Fronteira. 1998.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª ed. São Paulo: Graal, 2003

GENTILLI, Pablo; SILVA, Tomás T. da. **Escola S. A**. Brasília: CNTE, 1996.

———. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Brasília: CNTE, 2003

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, Ong's e Cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. **Crônica das Casas de Caridade Fundadas pelo Padre Ibiapina**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

HOUTART, F.; POLET, F. **O Outro Davos**. São Paulo: Cortez, 2002.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História**. In: Muitas Memórias, Outras Histórias FENELON, D; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (org.). São Paulo: Olho D'Água, 2004.

LEÃO XIII, **Rerum Novarum**, 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

MACHADO, M. C. T. **A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980)**. Dissertação de Mestrado. USP, 1990.

MARX, K.; Engels, F. **A Ideologia Alemã, 1º Capítulo – Teses Sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

PINTO, R. M. F. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

SCHWEICKERT, Rainer. **A Transformação do Estado de bem-estar Social Europeu**. In: Pobreza e Política Social. Cadernos Adenauer I.. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SOARES, L. T. **Os Custos Sociais do Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, V. I. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

———. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLALOBOS, Verónica Silva. **O Estado de bem-estar Social na América Latina: Necessidade de Redefinição**. In: Pobreza e Política Social. Cadernos Adenauer I.. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

ANEXO

REGISTRO DE ESTATUTO

- ✧ Requerimento assinado pelo Presidente.

- ✧ 02 vias do Estatuto, datado e assinado pelo Presidente e visado por advogado, com a indicação do nome e número da OAB. Necessário constar no Estatuto:
 - A denominação, endereço, objetivo social, quando houver, tempo de sua duração.
 - Se o Estatuto é reformável no tocante à administração e de que modo.
 - Se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações sociais.
 - As condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso o destino do seu patrimônio.
 - Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados.
 - Os direitos e deveres dos associados.

- ✧ 02 vias da Ata (**datilografadas ou digitadas**) de Constituição, aprovação de Estatuto, eleição e posse de diretoria, qualificação da diretoria (nome, CPF, RG, estado civil, profissão e endereço), endereço da entidade, assinada pelo Presidente.

- ✧ Lista de assinaturas dos presentes na reunião.

- ✧ Xerox do CPF e RG de todos os membros da diretoria.

- ✧ Xerox do comprovante de endereço do Presidente.